

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU)
e Agência Nacional de Águas (ANA)

PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS:
Prioridades 2012-2015.

(versão para apreciação pela CTPNRH)

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)
Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH)

Brasília, novembro de 2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PARTE I – CONCEITOS, DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES

1. O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – PNRH

- 1.1. Objetivos do PNRH
- 1.2. Os volumes do PNRH
- 1.3. A estrutura programática do PNRH
- 1.4. Base Físico-Territorial para a Implementação do PNRH

2. A IMPLEMENTAÇÃO DO PNRH NO PERÍODO 2006-2010

- 2.1. Diretrizes observadas
- 2.2. Informes SIGEOR
- 2.3. Conjuntura dos Recursos Hídricos
- 2.4. Síntese do Período Avaliado

3. PRIORIDADES DO PNRH PARA 2012-2015

- 3.1. Fundamentos
- 3.2. Participação Pública: Consulta ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH)
- 3.3. Questões Relevantes

4. REVISÃO DO PNRH: PRIORIDADES PARA 2012-2015

- 4.1. Compatibilização das prioridades do PNRH com o planejamento do governo federal (PPA Federal 2012-2015)

5. ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PNRH

- 5.1. Articulação Institucional
- 5.2. Fortalecimento do SINGREH
- 5.3. Identificação de Fontes de Financiamento

6. GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PNRH

- 6.1. O Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR-PNRH)
 - 6.1.1. Gerenciamento do PNRH
 - 6.1.2. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação do PNRH

PARTE II - DETALHAMENTO DAS PRIORIDADES DO PNRH PARA 2012-2015.

ANEXOS

Anexo I: Relatórios Síntese das 12 Oficinas Regionais de Priorização das Ações do PNRH

AnexoII: 54 Frentes de Ação Prioritárias do Processo de Consulta ao SINGREH

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1. Volumes do PNRH

Figura 1.2. Estrutura programática do PNRH

Figura 1.3. Divisão Hidrográfica Nacional (DHN)

Figura 2.1. Linha do tempo do PNRH no CNRH

Figura 2.2. Processo de elaboração dos Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos e aprovação do PNRH

Figura 3.1. Fases da revisão do PNRH

Figura 3.2. Vertente regional de consulta ao SINGREH

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1. Resoluções do CNRH, no âmbito do PNRH

Quadro 4.1. Priorização de Programas e Subprogramas do PNRH para o período 2012-2015

Quadro 4.2. Subprogramas priorizados agrupados em categorias de ação para a implementação do PNRH

Quadro 4.3. Objetivos do Programa Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos

Quadro 4.4. Correspondência entre as prioridades do PNRH e Programas do PPA

INTRODUÇÃO

Esta publicação integra a série de documentos que compõe o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instrumento de gestão aprovado em 2006, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (Resolução CNRH nº 58/2006), para fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Singreh).

O PNRH é um instrumento de gestão “multidisciplinar, dinâmico, flexível, participativo e permanente” (PNRH, 2006), que envolve uma rede de instituições e um amplo leque de iniciativas em prol do alcance dos seus objetivos estratégicos, relacionados (i) à melhoria das disponibilidades hídricas; (ii) à redução dos conflitos pelo uso da água e dos eventos hidrológicos críticos e (iii) à valorização da água com um bem socioambiental relevante.

A mesma Resolução CNRH 58/2006 que aprova o PNRH, determina que a cada 4 anos seja feita a sua revisão, com o objetivo de orientar os Planos Plurianuais Federal, Estaduais e Distrital e seus respectivos orçamentos anuais. Em 2010, portanto, o PNRH passou por um exercício de atualização e foco, seguindo o espírito do planejamento como processo. Assim, definiu-se um conjunto de prioridades do Plano Nacional para os próximos 4 anos, mantendo-se as bases conceituais e diretrizes aprovadas pelo CNRH em 2006.

Na primeira parte deste documento são sintetizados conceitos, diretrizes e orientações sobre o Plano Nacional e sua estratégia de implementação, além dos principais resultados do processo participativo de consulta ao Singreh para a priorização de ações do PNRH para 2012-2015. A segunda parte do documento apresenta um detalhamento das prioridades do PNRH para 2012-2015, além de um exercício de compatibilização dessas prioridades com o Planejamento do Governo Federal (PPA 2012-2015), buscando a definição de uma “agenda transversal da água” nesta esfera da gestão de recursos hídricos.

O caráter indutor do PNRH em relação às políticas e programas setoriais que tenham a água como elemento estruturante é orientado por três linhas estratégicas de ação que remetem ao passado, presente e futuro da gestão dos recursos hídricos no Brasil: (i) as intervenções integradas de saneamento e gestão de recursos hídricos, na busca da recuperação do passivo ambiental; (ii) a implementação dos instrumentos da Política, como uma condição do presente para a efetividade da gestão; (iii) a gestão de áreas vulneráveis em razão de eventos hidrológicos críticos, como uma linha estratégica de prevenção e mitigação dos efeitos das mudanças do clima.

Os resultados a que se chega com essa atualização do PNRH demonstram claramente que as intervenções necessárias não se situam exclusivamente no âmbito do sistema de recursos hídricos. Portanto, é necessário que a mesma transversalidade e participação adotadas desde a sua construção, prossigam na fase de implementação.

A leitura e consulta permanente deste documento são indispensáveis para técnicos e gestores do PNRH e para os atores que interagem no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh (poder público, usuários de recursos hídricos e sociedade civil), orientando ações coordenadas e revelando potencialidades e oportunidades para a efetividade da gestão dos recursos hídricos no País.

É importante que o documento ora apresentado seja também um instrumento de trabalho nas mãos dos Conselheiros e Conselheiras do CNRH, para o estabelecimento de uma agenda que conduza a um pacto nacional em torno da água como elemento estruturante para implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, conforme definido no objetivo geral do PNRH.

PARTE 1: CONCEITOS, DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES

1 - O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – PNRH

A Lei nº 9.433/97 (Lei de Águas) institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, definindo os instrumentos para a sua implementação; cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh e regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal. A referida Lei determina, ainda, que a gestão dos recursos hídricos no País deve ser realizada de forma descentralizada e participativa, envolvendo o poder público, os usuários de recursos hídricos e as comunidades.

Os planos de recursos hídricos constituem-se em instrumentos para a implementação da Política e são desenvolvidos em três níveis:

I – Nacional – Plano Nacional de Recursos Hídricos.

II – Estadual – Planos Estaduais de Recursos Hídricos.

III – Bacia Hidrográfica – Planos de Bacias Hidrográficas.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), aprovado em 2006 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução nº 058/2006, deve ser, portanto, o instrumento norteador da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da atuação do Singreh. Em acordo com os fundamentos da descentralização e da participação na gestão dos recursos hídricos, preconizados pela Lei 9.433/97, o PNRH 2006-2020 é o resultado do esforço de construção coletiva de um planejamento nacional para a área de recursos hídricos, que mobilizou atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e da sociedade, nas 12 Regiões Hidrográficas brasileiras.

É atribuição do CNRH, definida na Lei 9.433 de 1997, “acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas”. (Lei nº 9.433/97, art. 35º, IX). A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA) e a Agência Nacional de Águas (ANA) compartilham responsabilidades em relação ao apoio à implementação do PNRH, que envolvem o gerenciamento da sua implementação, seu monitoramento e avaliação. Já a implementação do PNRH, por meio da execução dos programas e ações previstos, é responsabilidade não somente destas duas instituições, mas dos atores que fazem parte do Singreh, em uma lógica de planejamento integrado, que articula ações para a melhoria da disponibilidade hídrica e a diminuição dos conflitos pelo uso da água em nível nacional.

Cabe lembrar que o planejamento é um processo contínuo, de mobilização, articulação, negociação entre atores, que permite definir objetivos, metas e meios para atingi-los, em um dado tempo e espaço. A elaboração de documentos ou planos é só um momento desse processo, que consolida etapas e serve de base para as seguintes. Portanto, a finalidade do planejamento não é elaborar planos. (Leite, 2001).

O PNRH é, portanto, um processo que envolve um “conjunto estratégico de ações e relações interinstitucionais, instrumentos da Política, informações e ferramentas de apoio à decisão, ações de comunicação social, fontes de financiamento e, também, intervenções físicas seletivas que, ao serem implementadas pela União, possibilitam e potencializam o equacionamento regional ou local de problemas

relativos aos recursos hídricos e, simultaneamente, estruturam uma ótica nacional indispensável ao seu efetivo gerenciamento, respeitadas as diretrizes de descentralização e o princípio da subsidiariedade, enquanto predicados inerentes ao SINGREH que se quer edificar” (PNRH, 2006).

1.1. Objetivos do PNRH

O objetivo geral do PNRH é “estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água como elemento estruturante para implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável” (PNRH, 2006).

Além do objetivo geral, o PNRH é orientado por três objetivos estratégicos ou finalísticos, que devem ser alcançados por meio da implementação dos seus programas e subprogramas. São eles:

1. Melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade.
2. Redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos críticos hidrológicos.
3. Percepção da conservação da água como valor sócio-ambiental relevante.

1.2. Os volumes do PNRH

Como um documento-guia, composto por quatro volumes, o PNRH deve orientar as decisões dos Governos Federal, Estaduais e Distrital, e das instituições que compõem o SINGREH, no que se refere ao gerenciamento dos recursos hídricos, estipulando macrodiretrizes para o desenvolvimento da Política Nacional de Recursos Hídricos e a implementação de programas nacionais, bem como a harmonização e a adequação de políticas públicas para compatibilizar a disponibilidade com as demandas de água no Brasil.

Os 4 volumes que compõem o PNRH (Figura 2) refletem a lógica do planejamento e são dedicados ao diagnóstico dos recursos hídricos no Brasil (volume I); aos cenários de referência para o planejamento prospectivo (volume II); às diretrizes (volume III) e aos programas e metas (volume IV).

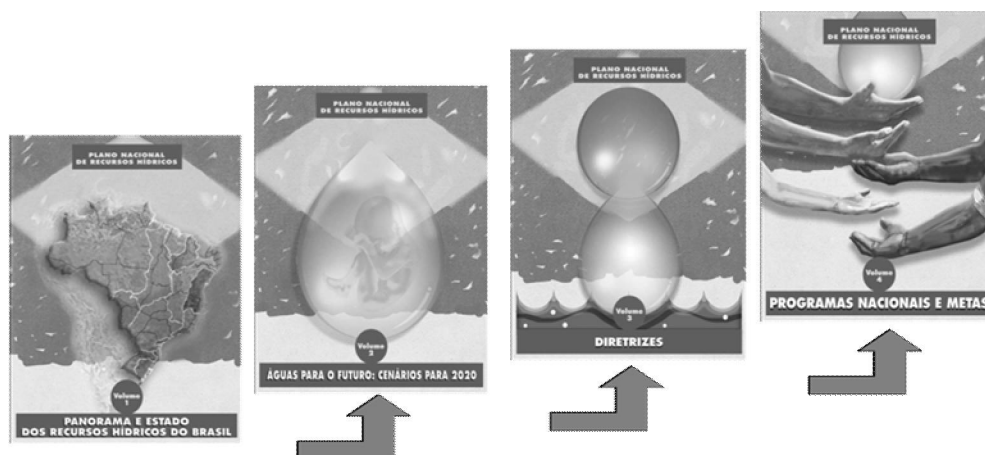


Figura 1.1. Volumes do PNRH

Além destes 4 volumes, o PNRH é orientado por um conjunto de outros documentos, aprovados por Resoluções do CNRH.

Quadro 1.1. Resoluções do CNRH, no âmbito do PNRH

Resolução CNRH nº 67, de 7 de dezembro de 2006	Aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
Resolução CNRH nº 69, 19 de março de 2007	Aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR.
Resolução CNRH nº 80, de 10 de dezembro de 2007	Aprova o Detalhamento Operativo de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
Resolução CNRH nº 99, de 26 de março de 2009	Aprova o Detalhamento Operativo dos Programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos

O detalhamento do Programa IX do PNRH, que trata da Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, Incluindo Áreas Úmidas, foi feito a partir de contratação da consultoria e dos trabalhos da CTCOST – Câmara Técnica de gerenciamento Costeiro. O Produto Final deste detalhamento foi encaminhado à Secretaria Executiva do CNRH para apreciação em setembro de 2001.

O presente documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012-2015” não substitui, portanto, os atuais documentos do PNRH, mas soma-se aos mesmos, para orientar a implementação do Plano no período 2012-2015.

1.3. Estrutura Programática do PNRH

A partir dos objetivos do PNRH e com base em um conjunto de diretrizes (volume 3), foi definida a sua estrutura programática, composta por 13 programas, que buscam dar conta das principais lacunas da gestão dos recursos hídricos no País.

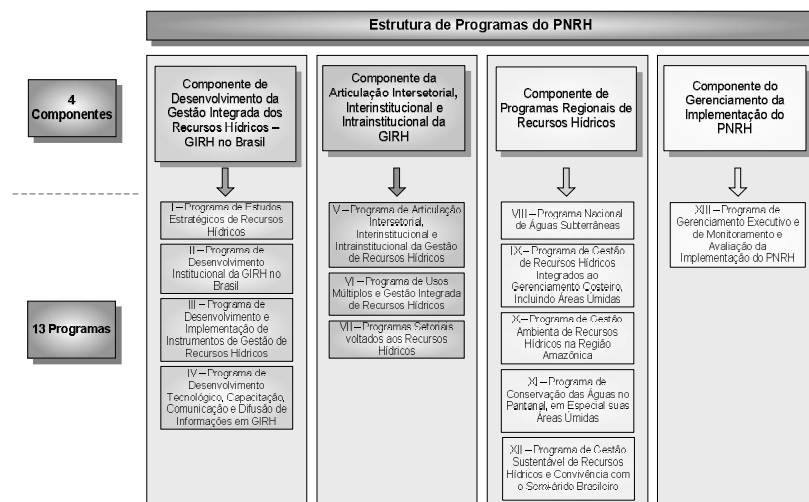


Figura 1.2. Estrutura programática do PNRH

1.4. Base Físico-Territorial para a Implementação do PNRH

A Lei 9.433/97 estabelece que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do SINGREH. Nesse sentido, o planejamento nacional deve, sempre que possível, articular o planejamento regional. O PNRH é orientado por uma ótica regional de planejamento e adota a Divisão Hidrográfica Nacional como base físico-territorial para o planejamento e

a gestão dos recursos hídricos. A DHN foi instituída por meio da Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003, e divide o território nacional em 12 regiões hidrográficas, compostas por bacias hidrográficas próximas entre si, com semelhanças ambientais, sociais e econômicas.



Figura 1.3. Divisão Hidrográfica Nacional (DHN)

2. A IMPLEMENTAÇÃO DO PNRH NO PERÍODO 2006-2010

2.1. Diretrizes observadas

O PNRH, considerando seu ineditismo na história dos recursos hídricos brasileiros, apresenta especificidades, tais como:

- Multisetorialidade: os diferentes interesses dos setores usuários e as oportunidades de interação dos planejamentos setoriais com o PNRH;
- Transversalidade: além dos temas diretamente relacionados aos recursos hídricos, contempla uma série de temas correlatos com mútuos rebatimentos;
- Multidimensionalidade: aborda vários aspectos relacionados à água (hidrológicos, econômicos, ambientais, sócio-políticos, culturais, entre outros), destacando, entre seus principais objetivos, o seu valor socioambiental relevante;
- Cobertura: abrange todo o território nacional, com diferenciação por regiões hidrográficas.

Em função dessas características *sui-generis*, a implementação do PNRH foi idealizada com os seguintes traços principais:

- o enfoque principal do PNRH em diretrizes estratégicas e de abrangência nacional;
- o estabelecimento na fase inicial do PNRH de metas exequíveis que buscavam

impulsionar a sua implementação;

- a tentativa de conciliação das agendas de atuação de diversos agentes políticos e sociais, nas quais a pauta de recursos hídricos atua transversalmente;
- a necessidade de um planejamento adequado, incluindo metas, prioridades e constante retroalimentação advinda da realidade prática da gestão de recursos hídricos;
- a disponibilidade física e financeira;
- o comprometimento dos executores e intervenientes e a formação de parcerias com os entes do SINGREH;
- a forte articulação política, setorial e social; e
- a disseminação de conhecimento e de informação.

Uma série de resoluções do CNRH foi emitida para balizamento e complementação das decisões envolvendo o PNRH. Estão registradas na Figura 2.1, que também localiza no tempo o início e o fim do processo de revisão.



Figura 2.1. Linha do tempo do PNRH no CNRH

O acompanhamento e avaliação da implementação do PNRH é atualmente realizada por meio de dois mecanismos: os Informes do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do PNRH – SIGEOR/PNRH – e os Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, desenvolvidos pela ANA. O primeiro traz informações sobre avanços obtidos, pendências e pontos críticos em relação à implementação dos programas do PNRH. O segundo apresenta informações atualizadas a cada ano sobre as condições dos recursos hídricos em termos dos aspectos qualitativos e quantitativos de modo a aferir os avanços obtidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos, assim como para o alcance dos objetivos estratégicos do PNRH.

2.1. Informes SIGEOR

O SIGEOR foi proposto com uma estrutura composta por atores, fluxo de informações e

documentos, que deveria ser leve, flexível, lógica e orientada para guiar as atividades das equipes envolvidas na execução e controle do PNRH; gerar informações que orientem a tomada de decisões; documentar os sucessos do PNRH de modo a assegurar o seu suporte financeiro e sua continuidade no tempo.

A definição operacional da estrutura do o SIGEOR foi remetida ao detalhamento operacional do Programa XIII - Gerenciamento Executivo e de Monitoramento e Avaliação da Execução do PNRH. No entanto, apesar da falta de detalhamento do programa XIII, a SRHU e ANA vêm desempenhando um esforço conjunto, ao longo dos cinco primeiros anos de implementação do PNRH, no sentido de monitorar e avaliar este processo, cumprindo, desta forma, as determinações legais.

Como resultado desse esforço, foram produzidos os Informes SIGEOR, que registraram as ações desempenhadas no processo de implementação do PNRH até aquele ano. Na construção deste Informe procurou-se seguir o escopo previsto no documento de concepção do SIGEOR, registrando-se além dos progressos obtidos, os próximos passos, as pendências e pontos críticos.

O Informe 2009 representou um aprimoramento da metodologia adotada no Informe 2008, gerando um acréscimo significativo de conteúdo em relação ao escopo que foi proposto na concepção do SIGEOR, para este documento. Além do registro das atividades executadas no período, este informe também avaliou o estágio atual das ações em desenvolvimento, suas pendências e dificuldades, e contém proposição de adequações aos programas do PNRH.

Os principais progressos e conquistas efetivas dos diversos Programas que integram o PNRH registrados nos Informes foram:

Programa I - Estudos Estratégicos de Recursos Hídricos

Em 2008, os Estudos Estratégicos sobre o Contexto Macroeconômico Global e Inserção Geopolítica da GIRH no Contexto Sul-Americano e os Estudos Estratégicos sobre Cenários Nacionais de Desenvolvimento e Impactos Regionais que afetam a Gestão de Recursos Hídricos, alguns editais forma publicados no período. Os Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a instalação de Modelos Institucionais e respectivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos foram iniciados e apresentados pela ANA.

A implementação do Programa I em 2009 ainda apresentava uma baixa execução em relação ao projetado. O subprograma que apresentou avanços é o Subprograma I.4 que trata das Unidades de Gestão. Os outros estudos previstos no Subprograma não foram iniciados.

Programa II - Programa de Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil

Apesar das dificuldades relatadas nos informes 2008 e 2009, registrou-se conquistas efetivas provenientes do Programa II. Entre elas, destacam-se os avanços na organização do SINGREH, verificados, por exemplo, pela consolidação dos encontros anuais do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, agregando número crescente de comitês de bacia, assim como a consolidação do Fórum Nacional de Órgãos Gestores.

Alguns fatores que influenciaram na implementação do Programa foram destacados, sendo a falta de definição clara do Programa e a deficiência de articulação e de distribuição de tarefas entre os entes do

SINGREH com vistas a implementação das ações do PNRH os principais. Além destes, as atividades realizadas foram induzidas de forma sistematizada pelas orientações do PNRH e não seguiram a estrutura proposta neste, prejudicando o alcance dos objetivos específicos estabelecidos.

Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

A ANA atendeu ao previsto em relação ao Cadastro Nacional de Usos e Usuários em 2008, tendo consolidado o Plano de Desenvolvimento da Rede Hidrometeorológica da Agência e iniciada a Modelagem de um novo Banco de Dados Hidrológicos de Referência – BDHR dentro do projeto ICA-MMH. Em relação às metodologias de outorga foi elaborado o Manual de Estudos de Disponibilidade Hídrica para aproveitamentos hidrelétricos e contratada a elaboração do Manual de Outorga e do Manual de Fiscalização da ANA.

Em 2009, a implementação do Programa III apresentou uma execução abaixo do esperado. O subprograma que apresenta avanço superior ao esperado foi o Subprograma que trata dos Planos de Recursos Hídricos e enquadramento dos corpos de água em classes de uso, que superou as expectativas do período. Também foram obtidos resultados nos subprogramas relacionados ao cadastro de usuários e concessão e outorgas. A sistematização dos dados e informações hidrológicas e de gestão tiveram avanço incipiente no período. Os demais subprogramas não avançaram.

Programa IV - Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH

Em 2008, foram identificados o projeto de criação da Rede Yara (Rede Nacional de Formação de Capacidades e Extensão Tecnológica para a Gestão de Recursos Hídricos) e diversos cursos e materiais didáticos desenvolvidos. Além do Programa de Bolsas para Agentes Gestores, que beneficiou onze estados. Até 2010 foram desenvolvidas atividades dialógicas e formativas estruturantes de âmbito nacional, tais como o I Seminário Nacional de Formação em Educação Ambiental do Singreh e a Pré-Conferência Nacional de Águas, bem como outras relacionadas ao território da bacia do Prata. Essas iniciativas produzem importantes resultados, porém, em alguns aspectos, pouco tangíveis.

A falta de clareza a respeito das metas a serem alcançadas pelo programa e dos indicadores para seu monitoramento e avaliação, bem como a falta de recursos físicos e financeiros necessários à ampliação das ações de capacitação e educação para gestão de recursos hídricos são importantes fatores identificados em 2009 para as dificuldades de implementação do Programa IV. Além disto, verificou-se que para o bom andamento do Programa há necessidade de formalizar uma Comissão de Acompanhamento (ANA e SRHU/MMA) que fortaleça a capacidade técnica e de articulação sócio-política para a implementação de suas ações.

Programa V - Programa de Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos

Uma série de Notas Técnicas foi registrada no Informe SIGEOR 2008, relacionadas com os objetivos do programa. Também a participação na elaboração do Plano Nacional de Saneamento – PlanSab e na Política Nacional de Irrigação forma destacadas. Em relação a proposição de modelos e formas de

integração e articulação entre os planos de recursos hídricos das Unidades Federadas, Planos de Bacia e o Plano Nacional de Recursos Hídricos foi a metodologia adotada na bacia do rio Doce na construção do PIRH e dos respectivos PARHs.

De forma geral, o Programa V teve um baixo nível de implementação em 2009. Algumas ações estavam em andamento, mas ainda em estágio inicial, sem resultados consistentes. A baixa execução foi atribuída principalmente à falta de planejamento e articulação, já que o SIGEOR detectou a existência de várias atividades realizadas de forma não sistematizada, sem origem no PNRH.

Programa VI - Programa de Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos

A implementação do Programa VI apresentou uma execução abaixo do esperado em 2008 e 2009. Contudo, o subprograma de conservação de solos e água atendeu as expectativas do PNRH. O subprograma relativo a Saneamento e Gestão Ambiental de Recursos Hídricos no Meio Urbano apresentou resultados vinculados a publicação da Série Atlas. Os demais subprogramas, ainda que algumas das atividades previstas tenham iniciado, não apresentaram resultados perceptíveis.

Foram alcançados os seguintes resultados até dezembro de 2009: a implementação da Sala de Situação na ANA, a continuidade da operação do Sistema de Alerta da Bacia do rio Doce, a Série Atlas (Atlas Nordeste, Atlas Regiões Metropolitanas e Atlas Sul), criação da Agenda de Usos Sustentável da Água, criação do programa Bolsa Verde no estado de Minas Gerais e significativos avanços no programa Produtor de Água.

Programa VII - Programas Setoriais voltados aos Recursos Hídricos

A implementação do Programa VII nos períodos analisados foi aquém do esperado. Os avanços do PRODES remetem a recursos orçamentários disponibilizados em exercícios anteriores e o programa Otimização dos Usos da Água em Irrigação avançou somente na implantação do Núcleo de Referência da Inovação em Irrigação, sem apresentar resultados perceptíveis.

2.2. Conjuntura dos Recursos Hídricos

Além dos Informes SIGEOR o progresso do PNRH foi também registrado pelos Relatórios e Informes de Conjuntura dos Recursos Hídricos, que monitoram as transformações produzidas no estado da água e da gestão de recursos hídricos do Brasil pelas ações conduzidas e acontecimentos registrados nos períodos reportados.

A Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil é apresentada como dois documentos com formatos diferentes:

- Relatório de Conjuntura, que apresenta o estado dos recursos hídricos e o balanço dos últimos quatro anos, lançado sempre um ano antes da atualização periódica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), representando importante apoio para seu grau de avaliação e suas revisões, bem como da Política Nacional de Recursos Hídricos; e
- Relatórios de Conjuntura – Informes, que buscam atualizar anualmente as informações do Relatório de Conjuntura no intervalo entre suas edições. Mais compactos, tem como objetivo avaliar, essencialmente, as modificações verificadas no estado dos recursos

hídricos relativamente ao ano precedente, a ocorrência de eventos hidrológicos extremos, as condições de qualidade das águas superficiais e demais fatos relevantes em relação aos usos dos recursos hídricos, além da evolução dos instrumentos de gestão.

A Figura 2.2 mostra a relação entre o Relatório de Conjuntura, os seus Informes e o PNRH.

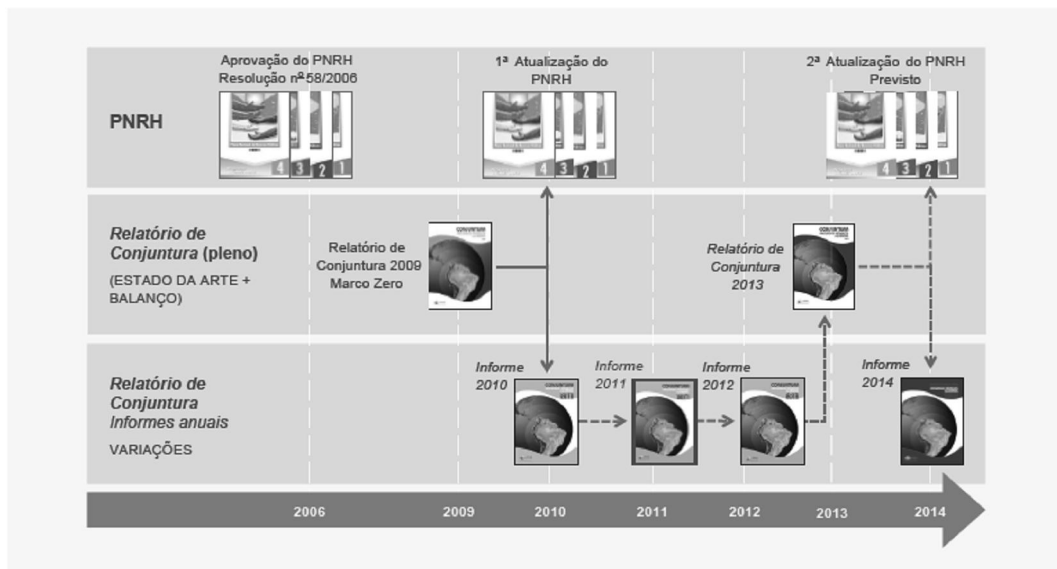


Figura 2.2. Processo de elaboração dos Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos e aprovação do PNRH

O Relatório de Conjuntura é estruturado em dois grandes grupos temáticos, a saber:

- Situação dos recursos hídricos: caracteriza, fundamentalmente, a situação dos recursos hídricos sob o ponto de vista quali-quantitativo, abrangendo a ocorrência dos eventos hidrológicos, principalmente precipitação, e seus rebatimentos nas vazões observadas e em eventos críticos (secas e enchentes); a situação dos setores usuários da água; o balanço entre oferta de água e as demandas; e a situação da qualidade das águas superficiais.
- Situação da gestão dos recursos hídricos: caracteriza a situação da gestão dos recursos hídricos em escala nacional, com foco nas principais alterações legais verificadas no período; na organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh); na implementação dos instrumentos de gerenciamento de recursos hídricos; comitês e agências de água; e nos recursos financeiros arrecadados e alocados.

Os Relatórios de Conjuntura 2009 e os Informes 2010 e 2011 destacaram:

- O uso e o conhecimento sobre as águas subterrâneas evoluíram muito nos últimos anos, aumentando expressivamente o número de poços;
- Aumento do número de pontos de monitoramento de qualidade de água, atingindo atualmente o valor de 2.312.
- Embora a situação de atendimento de abastecimento de água às populações urbanas

tenha melhorado, o índice de atendimento de serviços de coleta e tratamento de esgotos ainda é precário. Dessa forma, ainda não é detectável a melhoria do quadro geral da qualidade da água no país, embora pontualmente seja possível identificá-la nos locais onde foram instaladas estações de tratamento de esgotos;

- Aumento na instalação de órgãos previstos nas legislações federal e estaduais e também a melhoria do seu funcionamento;
- Aumento da cobertura dos planos de recursos hídricos de bacias interestaduais, que quando terminados e aprovados os planos em andamento (bacia do rio Paranaíba e do rio Piranhas-Açu), abrangerão 4,6 milhões de km², ou seja, 54% do território nacional;
- Aumento do número de planos estaduais de recursos hídricos concluídos, totalizando atualmente 12 planos;
- Aumento do número de outorgas e da vazão outorgada no país. Até julho de 2010 foram emitidas 173.858 outorgas, o que corresponde a uma vazão de 5.825 m³/s. O resultado não só indica um aumento da demanda pelo uso da água, principalmente para fins de irrigação e abastecimento urbano, mas também um avanço na implementação desse instrumento de gestão;
- Avanço na regulação de importantes empreendimentos hidrelétricos com as outorgas dos UHEs Santo Antonio e Jirau (rio Madeira) e emissão de DRDH para a UHE Belo Monte (rio Xingu);
- Consolidação do instrumento de cobrança nas bacias do rio PCJ e do rio Paranaíba do Sul, bem como a aprovação dos valores de mecanismos de cobrança pelo uso da água na bacia do rio São Francisco. Com isso já é possível detectar melhorias na eficiência do uso da água nestas bacias;
- Avanço no processo de instalação dos comitês de bacia hidrográfica no país e implementação dos instrumentos de gestão, principalmente para as bacias com maior comprometimento da qualidade da água e balanço desfavorável entre a demanda e a disponibilidade de água. No último ano foram criados o Comitê de Bacia do Rio Grande e o Comitê de Bacia do Rio Paranapanema.

2.3. Síntese do Período Avaliado

Pode-se observar que neste primeiro período avaliado da implementação do PNRH, quatro fatores apresentam-se como limitadores ao efetivo progresso esperado:

- Dificuldades na montagem do arranjo institucional e da máquina necessária para a coordenação e acompanhamento da implementação do PNRH;
- Falta de alinhamento dos atores estratégicos na condução das atividades mínimas necessárias;
- Baixa velocidade de partida, fato peculiar na fase de arrancada dos programas; e
- Finalização do detalhamento de alguns programas entre 2007 e 2009, ao longo do período de implementação.

A larga abrangência temática, com o estabelecimento de uma grande pluralidade de objetivos sem a efetiva indicação de precedências e o claro estabelecimento de prioridades também conduz a uma fragmentação do processo de implementação. Essa carência exige uma coordenação cada vez mais ágil e determinada, como aconteceu na fase de elaboração do PNRH.

Assim, a independência dos atores contrapôs-se às responsabilidades indicadas no PNRH, de forma que os compromissos assumidos nas metas foram somente atendidos pelo exercício das suas atribuições legais e institucionais, sem a esperada e necessária integração.

A contabilização das ações realizadas demonstrou relativa aderência aos programas estabelecidos no PNRH, mas nem sempre a decisão de executá-las resultou de indução direta das diretrizes estratégicas do Plano.

A determinação política, o fortalecimento institucional, a disponibilização de ferramental tecnológico de suporte, e o estabelecimento de um arranjo que assegure uma articulação sistemática da coordenação do PNRH, tanto intergovernamental quanto com os setores e entes dos Sistemas Estaduais, sobretudo devido à constante rotatividade das representações nos colegiados e funções políticas no âmbito do SINGREH, são condições inerentes para se promover e assegurar a efetividade do monitoramento e da própria implementação do Plano.

3. PRIORIDADES DO PNRH PARA 2012-2015

3.1. Fundamentos

Dadas as características de planejamento continuado conferidas ao PNRH, são previstas atualizações periódicas na sua implementação, em um sistema de “rolling plan”, em que ao final de cada ano de execução do PNRH, pode-se avaliar o alcance das metas propostas e/ou a necessidade de adequação das ações mais imediatas, cabendo revisões mais profundas em seu conteúdo, a cada 4 anos, correspondentes aos horizontes temporais de 2010, 2014 e 2018. Dessa forma, busca-se preservar o eixo orientador do PNRH para o alcance de seus objetivos definidos para o longo prazo, revendo-se apenas sua trajetória.

A Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e dá outras providências, estabelece, no Art. 3º, a competência da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA), em articulação com a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH e com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA), de proceder a revisão do PNRH, a cada quatro anos, para orientar a elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs) federal, estadual e distrital e seus respectivos orçamentos anuais. Nesse sentido, todas as ações relativas à implementação do PNRH devem ser acompanhadas e analisadas pela CTPNRH, que emitirá parecer ao seu respeito, conforme previsto Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999, que institui a Câmara Técnica.

Para tanto, o processo de revisão do PNRH, iniciado em 2010, foi orientado pelo objetivo geral de “avaliar os avanços e desafios dos primeiros 5 anos de sua implementação (2006-2010), realizando adequações e correções de rumo necessárias no planejamento nacional da gestão dos recursos hídricos, que

deverá priorizar ações para os próximos 4 anos (2012-2015) e definir as estratégias para a sua implementação”.

Este processo esteve estruturado em 3 fases, conforme Figura 3.1:

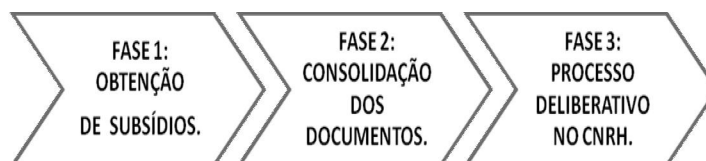


Figura 3.1. Fases da revisão do PNRH

A **Fase 1** do processo de revisão, referente à “obtenção de subsídios”, foi desenvolvida no decorrer de 2010 e envolveu as seguintes atividades:

- análise Informes SIGEOR-PNRH 2008 e 2009, que trazem o registro dos resultados obtidos pelo PNRH;
- análise do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, com a evolução do diagnósticos dos recursos hídricos no Brasil;
- realização de reuniões com especialistas em gestão e planejamento de recursos hídricos;
- desenvolvimento de consultorias sobre temas considerados estratégicos para efetividade da gestão de recursos hídricos (gestão transfronteiriça, mudanças climáticas, avaliação e planejamento estratégico para o Singreh; coeficientes de uso da água na Irrigação e na Indústria; estratégia robusta do PNRH para 2012-2015).
- desenvolvimento de processo participativo (vertentes regional e nacional), envolvendo os atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), nas 12 Regiões Hidrográficas. (ver Quadro 1).

A **Fase 2**, de “consolidação dos documentos”, envolveu a consolidação das informações resultantes da **Fase 1**. Os principais conteúdos e resultados estratégicos da revisão fazem parte do presente do documento e todos os relatórios que deram suporte a essa consolidação estarão disponíveis para acesso dos interessados no site do PNRH no primeiro semestre de 2012.

A **Fase 3** diz respeito ao processo deliberativo dos resultados dessa primeira revisão do PNRH no CNRH, órgão responsável por determinar as providências necessárias ao cumprimento das metas do PNRH, conforme estabelecido na Lei nº 9.433/97 e pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, que regulamenta seu funcionamento.

3.2. Participação Pública: Consulta ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH)

O processo participativo de revisão do PNRH foi coordenado pela SRHU/MMA, com o apoio da ANA, e teve início em 2010, durante a Pré-Conferência Nacional de Águas (CONAGUAS), com os objetivos específicos de (i) fortalecer a apropriação do Plano Nacional de Recursos Hídricos pelo SINGREH; (ii) definir ações prioritárias para a implementação do PNRH 2011-2014 e (iii) obter subsídios para a revisão da estrutura programática do Plano Nacional.

O Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas (FNOGA) atuou em parceria com a SRHU/MMA na mobilização dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos para o desenvolvimento de atividades prévias de consulta no âmbito dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, sobre as prioridades de gestão no Estado. O Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBHs) também teve um importante papel na mobilização dos Comitês de Bacia para o envolvimento nesse processo. Na maioria dos Estados que atenderam a estas mobilizações prévias, os resultados das consultas foram cancelados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Entre agosto e setembro de 2010, foram realizadas as Oficinas Regionais para a definição das ações prioritárias no âmbito do PNRH, que fossem estruturantes para a gestão de recursos hídricos nas 12 Regiões Hidrográficas brasileiras. Nas oficinas buscou-se a compatibilização das demandas de gestão levantadas nos Estados com a perspectiva das necessidades de cada Região Hidrográfica.

O resultado dessas oficinas regionais foi levado a uma oficina nacional de consolidação, que aconteceu durante o XII Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), em novembro de 2010, na cidade de Fortaleza/CE, e reuniu representantes do SINGREH de todos os Estados da Federação. Da oficina de Fortaleza saiu parte das propostas de ações e metas prioritárias do PNRH para 2012-2015.

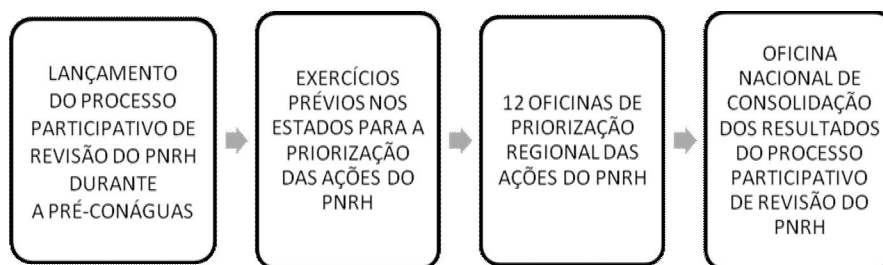


Figura 3.2. Vertente regional de consulta ao SINGREH

Também foram realizadas oficinas nacionais e estudos temáticos sobre água e desenvolvimento econômico; os impactos das mudanças climáticas sobre a gestão de recursos hídricos; desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à gestão dos recursos hídricos; estudos sobre a adequação,

complementação e convergência do marco legal e institucional da gestão de águas no Brasil. Os resultados desses trabalhos também subsidiaram a definição de ações prioritárias e do foco para o PNRH, no período 2012-2015.

Ainda que a Resolução CNRH nº 58 de 2006 recomende que a a revisão do conteúdo dos quatro volumes do PNRH, percebeu-se, como estratégico, centrar foco na priorização das ações do PNRH para os próximos 4 anos, que exigirão a coordenação de iniciativas de diversos atores para a sua implementação.

3.3. Questões Relevantes

Do exposto emerge a idéia de que a revisão do PNRH mediante concentração do foco do Plano em programa e subprogramas priorizados busca responder a três grandes questões que permearam as inúmeras reuniões e discussões realizadas, a saber:

- a recuperação de grandes passivos acumulados, mediante intervenções integradas de saneamento e gestão dos recursos hídricos no meio urbano;
- a manutenção e o aperfeiçoamento dos elementos da gestão dos recursos hídricos já implantados;
- a preparação das bases para o enfrentamento de desafios futuros, especialmente os resultantes de mudanças climáticas globais e/ou eventos extremos.

4. REVISÃO DO PNRH: PRIORIDADES PARA 2012-2015

Por meio das consultas ao Singreh foram obtidas em torno de 1.400 propostas, considerando as 12 oficinas regionais e os seminários temáticos nacionais, as quais passaram por um exercício de consolidação no sentido de eliminar duplicidades, o que resultou em 54 frentes de trabalho para estruturar a nova versão do PNRH. (ver Anexo II).

Na seqüência desse processamento e no intuito de estabelecer uma hierarquização, realizou-se uma análise multicritério, levando em conta os seguintes aspectos: frequência das ações identificadas como prioritárias nas Oficinas das Regiões Hidrográficas; relação entre as estratégias robustas propostas pelos estudos de cenários prospectivos e as ações apresentadas; relação entre as ações orçamentárias contidas no PPA 2006-2010 do Ministério do Meio Ambiente (ANA e SRHU) e as ações identificadas. Tais critérios, de uma forma geral, são justificados por levar em consideração uma demanda nacional, os prováveis passos estratégicos no horizonte de projeção 2020 para atendimento a novas demandas, e por fim uma amarração com o planejamento e orçamento praticado pelo Programa Plurianual que segue tendências lineares.

Como resultado da aplicação desta análise, foram então identificadas 31 linhas de ações prioritárias, as quais passaram ainda pela análise da CT-PNRH e exercício de aprimoramento por meio de grupo técnico ANA e SRHU. Ao final desse processo foram definidas as 22 prioridades do PNRH para os próximos 4 anos (Quadro 4.1).

Quadro 4.1. Priorização de Programas e Subprogramas do PNRH para o período 2012-2015

PROGRAMA	SUBPROGRAMA	PRIORIDADE 2012-2015
Programa I – Estudos Estratégicos de Recursos Hídricos.	Subprograma I.1 - Estudos Estratégicos sobre o contexto macro-econômico global e inserção geopolítica da GIRH no contexto latino-americano.	
	Subprograma I.2 - Estudos Estratégicos sobre Cenários Nacionais de Desenvolvimento e Impactos Regionais que afetam a Gestão de Recursos Hídricos.	
	Subprograma I.3 - Implementação prática de compromissos internacionais em corpos de água transfronteiriços e desenvolvimento de instrumentos de gestão e de apoio à decisão, compartilhamento com países vizinhos.	<i>Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.</i>
	Subprograma I.4 - Estudos para a definição de unidades territoriais e para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão.	
Programa II – Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil.	Subprograma II.1 - Organização e apoio ao SINGREH.	<i>Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.</i>
	Subprograma II.2 - Apoio à Organização de SEGRHs.	
	Subprograma II.3 - Adequação, complementação e convergência do marco legal e institucional.	
	Subprograma II.4 - Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos.	<i>Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.</i>
Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.	Subprograma III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários.	<i>Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.</i>
	Subprograma III.2 - Rede hidrológica quali-quantitativa nacional.	<i>Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.</i>
	Subprograma III.3 - Processamento, armazenamento, interpretação e difusão de informação hidrológica.	
	Subprograma III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.	<i>Definição de critérios de outorga para diferentes situações.</i>
	Subprograma III.5 - Subprograma nacional de fiscalização do uso de recursos hídricos.	<i>Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.</i>
	Subprograma III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos hídricos em classes de uso.	<i>Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.</i>
		<i>Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.</i> <i>Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos</i>

PROGRAMA	SUBPROGRAMA	PRIORIDADE 2012-2015
		<i>Hídricos</i>
	Subprograma III.7 - Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos.	<i>Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia.</i>
	Subprograma III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH.	<i>Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.</i>
	Subprograma III.9 - Apoio ao desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão.	<i>Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.</i>
Programa IV – Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH.	Subprograma IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos.	<i>Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.</i>
	Subprograma IV.2 - Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão integrada de recursos hídricos.	<i>Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Singreh e para a sociedade.</i>
	Subprograma IV.3 - Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos.	<i>Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.</i>
Programa V – Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da Gestão de Recursos Hídricos.	Subprograma V.1 - Avaliação de impactos setoriais na gestão de recursos hídricos.	<i>Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.</i>
	Subprograma V.2 - Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse da GIRH.	<i>Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.</i>
Programa VI – Usos Múltiplos e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.	Subprograma VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos críticos.	<i>Avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos extremos.</i>
	Subprograma VI.2 - Gestão da oferta, ampliação, racionalização e reúso das disponibilidades hídricas.	
	Subprograma VI.3 - Gestão de demanda, resolução de conflitos, usos múltiplos e integrado de recursos hídricos.	
	Subprograma VI.4 - Intervenções integradas de saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano.	<i>Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.</i>
	Subprograma VI.5 - Conservação de solos e água - Manejo de microbacias no meio rural.	<i>Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias</i>

PROGRAMA	SUBPROGRAMA	PRIORIDADE 2012-2015
		<i>hidrográficas</i>
	Subprograma VI.6 - Estudos sobre critérios e objetivos múltiplos voltados à definição de regras e restrições em reservatórios de geração hidrelétrica.	
Programa VII – Programas Setoriais voltados para os Recursos Hídricos.	Subprograma VII.1 - Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES).	<i>(Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais).</i>
	Subprograma VII.2 - Otimização do uso da água em irrigação.	
Programa VIII – Programa Nacional de Águas Subterrâneas.		
Programa IX – Gestão de Recursos Hídricos Integrado ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas.		
Programa X – Gestão de Recursos Hídricos na Região Amazônica.		
Programa XI – Conservação das Águas do Pantanal, em especial suas Áreas Úmidas.		
Programa XII – Gestão Sustentável de Recursos Hídricos e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro.		
Programa XIII – Gerenciamento Executivo, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH.		<i>Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).</i>

Uma análise do Quadro 4.1 permite identificar quatro categorias estratégicas de ação para a implementação do PNRH, a saber:

- (i) Implementação da Política:** reúne as ações de rotina do SINGREH, previstas na Política Nacional de Recursos Hídricos. Fazem parte dessa categoria as prioridades que se referem à consolidação do ambiente institucional e à implementação dos instrumentos de gestão;
- (ii) Desenvolvimento Institucional:** nesta categoria situam-se as prioridades relativas ao desenvolvimento e consolidação de diretrizes e orientações relativas à Política, além de temas ligados ao fortalecimento do SINGREH;
- (iii) Articulação Institucional:** estas prioridades saem da esfera de competência dos entes do SINGREH e exigem a articulação de esforços com outros órgãos do governo federal

(articulações horizontais) e com as outras escalas de planejamento (articulação vertical); e

(iv) Gerenciamento da Implementação do PNRH: nesta categoria a prioridade refere-se à implantação do SIGEOR, como elemento essencial à coordenação da implementação do PNRH.

Os temas priorizados estão reorganizados segundo esses quatro grupos, conforme apresentado no Quadro 4.2.

Quadro 4.2. Temas priorizados agrupados em categorias de ação para a implementação do PNRH

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA	
1.	Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.
2.	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.
3.	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.
4.	Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.
5.	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.
6.	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.
7.	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.
8.	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento por aprovado pelo Comitê de Bacia.
9.	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
10.	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.
11.	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.
12.	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.
13.	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.
14.	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.
15.	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Singreh e para a sociedade.
16.	Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	
17.	Avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos extremos.
18.	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.
19.	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.
20.	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.
21.	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.
GERENCIAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNRH	
22.	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).

4.1. Compatibilização das prioridades do PNRH com o Planejamento do Governo Federal (PPA 2012-2015)

No decorrer de 2011, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) desenvolveu uma nova sistemática para a construção do PPA do Governo Federal, sob um enfoque participativo e que agregou as iniciativas do Governo em cerca de 60 Programas Temáticos, em uma abordagem estratégica

dos temas desafiam o planejamento e a gestão pública. Dentre os Programas Temáticos do PPA Federal, cabe destacar o Programa 2026 - Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos, que reúne um conjunto de iniciativas que possuem total aderência com as prioridades do PNRH.

Em relação aos recursos hídricos, a contextualização do Programa Temático em referência ressalta “o nítido o desenvolvimento da gestão de recursos hídricos nos últimos dez anos”, ponderando, entretanto, que as entidades federais que detêm responsabilidades quanto à implementação do SINGREH devem fomentar e aperfeiçoar mecanismos de articulação e cooperação com as unidades da federação (secretarias estaduais e órgãos gestores), fortalecendo diretrizes de efetiva descentralização e conferindo a necessária capilaridade ao Sistema de Gestão.

Ainda segundo o Programa Temático, “é necessário aproveitar de modo sustentado e racional as vantagens comparativas que as disponibilidades hídricas oferecem ao país sem prejuízos aos indispensáveis aspectos concernentes ao uso racional e sustentável dos recursos hídricos nacionais conferindo maior importância à implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, em termos da base de dados e informações, sistemáticas de outorga, planejamento em recursos hídricos articulado com setores usuários e, também, com as perspectivas de desenvolvimento regional”.

Para enfrentar esses desafios, é destacada pelo Programa Temático a “abrangência nacional do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e seu cunho eminentemente estratégico, pois, além de subsidiar ações voltadas à implementação do SINGREH, revelando seu caráter de instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, subsidia linhas temáticas e diretivas que se articulam com o Plano Plurianual (PPA), buscando a coordenação e a convergência de ações de governo em temas de marcado interesse para a gestão dos recursos hídricos”. O MPOG recomenda, nesse sentido, que o Programa “Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos” do PPA Federal busque contemplar os Programas do PNRH.

Quadro 4.3. Objetivos do Programa Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos

Código	Objetivo
646	Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.
650	Promover a integração, a modernização e o fortalecimento das ações de regulação, fiscalização, gestão e monitoramento dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.
662	Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.
663	Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a gestão dos recursos hídricos de forma integrada com as Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados, incorporando orientações do planejamento de recursos hídricos.
665	Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os diversos usos.

Em uma proposta de “agenda transversal da água no Governo Federal”, o MPOG destacou, ainda, os seguintes Programas Temáticos do PPA que possuem relação com a gestão dos recursos hídricos: “Oferta de Água”, “Saneamento”, “Gestão de Riscos e Resposta a Desastres”, “Agricultura Irrigada”, “Energia Elétrica”, “Transporte Hidroviário”, dentre outros. Na segunda parte deste documento é apresentado um exercício de compatibilização das prioridades com PNRH com o PPA Federal, na perspectiva da construção dessa “agenda transversal da água” no Governo Federal.

O Quadro 4.4 oferece uma visão da correspondência entre as prioridades do PNRH e os programas do PPA.

Quadro 4.4. Correspondência entre as prioridades do PNRH e Programas do PPA

Nº	PRIORIDADES PNRH 2012-2015	COMPATIBILIZAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (PPA 2012-2015)			
		INICIATIVAS PPA	PROGRAMA	OBJETIVO	EXECUTOR
1	Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.	02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).	2026	662	MMA
2	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.				
3	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.	02GD - Aprimoramento do monitoramento hidrológico quantitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas.	2026	650	MMA
		02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica.	2026	650	MMA
5	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.	02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais.	2026	646	MMA
		02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação.	2026	650	MMA
4	Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.	02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação.	2026	650	MMA
6	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.				
7	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.				
8	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento por aprovado pelo Comitê de Bacia.				

Nº	PRIORIDADES PNRH 2012-2015	COMPATIBILIZAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (PPA 2012-2015)			
		INICIATIVAS PPA	PROGRAMA	OBJETIVO	EXECUTOR
9	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.	02GH - Regulação e fiscalização dos usos de recursos hídricos, dos serviços de irrigação e adução de água bruta e da sem.gurança de barragem.	2026	650	MMA
10	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.	02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com os entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade.	2026	650	MMA
11	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.				
12	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.				
13	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.	0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos.	2021	400	MCT
14	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.	02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais.	2026	646	MMA
15	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Singreh e para a sociedade.				
18	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.				
19	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.	02GZ – Despoluição de bacias hidrográficas. 02H1 – Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em bacias hidrográficas. 02H2 – Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na bacia do São Francisco. 02H3 – Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das bacias do São Francisco e do Parnaíba.	2026	665	MMA

Nº	PRIORIDADES PNRH 2012-2015	COMPATIBILIZAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (PPA 2012-2015)			
		INICIATIVAS PPA	PROGRAMA	OBJETIVO	EXECUTOR
20.	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.	02GW – Elaboração e disponibilização de estudos, planos e instrumentos de apoio técnico às políticas públicas com interferência nos recursos hídricos.	2026	663	MMA
21.	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.	02GX – Estabelecimento de estratégias para implementação dos planos de recursos hídricos e integração com as demais políticas públicas, planos e programas relacionados a recursos hídricos.	2026	663	MMA
22	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGOR/PNRH).	02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais.	2026	646	MMA

5. ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PNRH

5.1. Articulação Institucional

O PNRH deve influenciar as políticas setoriais que têm a água como elemento estruturante em seus diversos usos como saneamento, indústria, turismo, transporte, energia e irrigação, dentre outras, além de promover o fortalecimento do SINGREH, fomentar a convergência entre a política nacional e as políticas estaduais de recursos hídricos e compatibilizar os usos da água com a sustentabilidade ambiental.

Em consonância com os conceitos já apresentados, torna-se evidente que deve ser conferida transversalidade à temática dos recursos hídricos frente às políticas de desenvolvimento regional e de meio ambiente, ambas vistas como variáveis supervenientes; e igualmente às políticas de setores usuários das águas, vistas como variáveis intervenientes, como saneamento, geração de energia, indústria, agropecuária (irrigação), hidronavegação, turismo e lazer, dentre outros.

Isso porque o alcance dos objetivos finalísticos, essência do PNRH, está intimamente relacionado a ações de diversos agentes políticos e sociais, com agendas próprias, nas quais a pauta de recursos hídricos atua transversalmente, retratando a complexidade institucional que envolve o Plano e seus propósitos em relação à gestão integrada dos recursos hídricos, já discutida em itens anteriores.

Em termos pragmáticos, cabe reconhecer que será muito mais improvável que os orçamentos do MMA, da SRHU e da própria ANA recebam todos os aportes necessários à implementação do PNRH, do que admitir negociações e ajustes em programas a cargo de vários ministérios e suas instituições, por vezes já com orçamentos e ações disponíveis em favor do PNRH.

A articulação institucional necessária para a implementação do PNRH envolve tanto processos horizontais de articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos com as políticas setoriais, como também processos verticais, de articulação entre as esferas de planejamento de recursos hídricos.

Mais do que isso, será necessária uma estratégia consistente para a implementação do PNRH, de modo a assegurar que muitos dos programas e projetos sejam executivamente assumidos pelos demais Ministérios, secretarias e demais instituições a eles vinculadas, assim como pelas outras esferas de planejamento dos recursos hídricos.

Nesse sentido, deve-se partir para a construção de uma agenda pró-ativa de pactuação das ações e metas priorizadas do PNRH, com os Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal, no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), assim como no âmbito dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e com os Órgãos Gestores Estaduais. Esta agenda será coordenada pela Unidade Gestora do PNRH, sob a orientação do Grupo Interinstitucional ANA e SRHU (Portaria MMA/ANA nº 186/2009), até dezembro de 2011.

A maior parte desses compromissos poderá ser formalizada em protocolos de intenção e acordos de cooperação técnica, que são instrumentos de articulação institucional e sinergia política, não envolvendo repasse direto de recursos entre os signatários desses instrumentos, mas o compromisso com o planejamento de recursos hídricos.

5.2. Fortalecimento do SINGREH

O PNRH tem a implantação e a consolidação do SINGREH como um de seus principais produtos intermediários, indispensável à viabilização de resultados finalísticos (ou substantivos) para a gestão dos recursos hídricos no Brasil. Empreender a consolidação das bases institucionais e legais do SINGREH, conferindo consistência, sustentação e autonomia ao seu funcionamento e avançando na instalação e/ou aprimoramento de suas instâncias decisórias e operacionais: CNRH, câmaras técnicas, comitês, Agências de Água e órgãos públicos responsáveis pelas políticas (áreas afins do MMA e SRHU/MMA) e pelo controle do uso e dos encargos executivos (ANA e Ibama).

A consolidação gradativa do SINGREH e da efetividade dos instrumentos da política promove um movimento favorável rumo ao alcance da gestão integrada dos recursos hídricos, internalizando as articulações necessárias com os setores supervenientes e intervenientes. Nesse sentido é importante o fortalecimento das instâncias e atores locais, tanto em termos institucionais quanto operacionais (quadros técnicos, capacidade executiva, instrumentos de gestão, informações e sistemas de apoio à tomada de decisões).

5.3. Identificação de fontes de financiamento

É recomendável que o PNRH não seja implementado dentro do estilo de planejamento clássico, mas sim dentro do estilo de planejamento para a negociação. No planejamento clássico, somente se pode fixar um número de objetivos ou metas se o poder público dispuser de recursos orçamentários suficientes para a sua implementação.

Deve-se, portanto, partir para processos de negociação, executados de forma sistemática e controlada, para a implementação das prioridades do PNRH. Os resultados dessas negociações deverão resultar em: 1) focalização das ações das instituições parceiras de acordo com as diretrizes do PNRH; 2) novas linhas de atuação específicas das instituições parceiras; 3) atuação sinérgica das instituições parceiras; 4) reinvenção de instrumentos e mecanismos operacionais para viabilizar o PNRH.

Os programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos constituem-se em importantes instrumentos de negociação, com orientações e diretrizes de cunho estratégico e tendo como foco: i) catalização de recursos, orientando sua captação e aplicação; ii) a contribuição para a eficiência na gestão dos investimentos no âmbito do SINGREH; iii) a articulação de iniciativas pulverizadas no âmbito da GIRH, potencializando ações; iv) a articulação dos níveis de planejamento; e v) o fornecimento de indicadores para o acompanhamento gerencial e a avaliação de resultados.

6. GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PNRH

6.1. O Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR)

Com a aprovação do PNRH pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foi delineado um sistema de acompanhamento e avaliação que inclui, dentre as etapas de monitoramento, a publicação sistemática de informes periódicos voltados ao registro da evolução da implementação do Plano e do atendimento de seus objetivos estratégicos. O SIGEOR deve ser um mecanismo de gerenciamento em tempo real, de forma que

as revisões do PNRH levem em conta os resultados, desvios e mudanças na realidade.

O objetivo geral do sistema de monitoramento e avaliação PNRH é orientar e apoiar seus gestores e executores na busca da máxima eficiência, eficácia e efetividade de sua implementação. De fato, o Sistema constitui parte essencial para avanços no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), preconizado para a execução e monitoramento de um Plano Nacional que apresenta aspectos estratégicos, táticos e operacionais, estes últimos quando se chega ao patamar da efetiva implementação do PNRH.

A informação do desempenho de planos e programas, em particular dos resultados obtidos, possibilita a responsabilização perante as instâncias pertinentes e aos atores envolvidos nesses processos; fortalece a comunicação gerencial; reduz os riscos de longo prazo; e possibilita que os atores participem do desenvolvimento das políticas públicas e do acompanhamento das respectivas implementações. Em um segundo momento, os resultados alcançados e identificados permitem ao Governo demonstrar a efetividade das iniciativas por ele conduzidas.

A fim de que o SIGEOR se torne uma ferramenta utilizável, é recomendado que tal sistema seja composto de uma estrutura leve, flexível, lógica e orientada para:

- guiar as atividades das equipes envolvidas na execução e controle do PNRH;
- gerar informações que orientem a tomada de decisões; e
- documentar os sucessos do PNRH de modo a assegurar o seu suporte financeiro e sua continuidade no tempo.

No aspecto disponibilidade financeira, a moderna concepção da gestão orientada para resultados estabelece que os executores de planos/programas/projetos respondam e prestem contas quanto aos resultados atingidos, mas reconhece um vínculo indissociável entre resultados e recursos aplicados. No caso dos programas do PNRH, destaca-se que nem os responsáveis diretos por sua execução nem o CNRH têm poder sobre os orçamentos estaduais e/ou federal ou para autorizar ação de despesas.

6.1.1. Gerenciamento do PNRH

Um conjunto de instituições que integram o SINGREH dividem responsabilidades sobre o gerenciamento do PNRH, que envolvem o apoio à sua implementação, o acompanhamento de sua execução, seu monitoramento e avaliação. Na Tabela a seguir estão relacionadas aquelas instituições que possuem atribuições delineadas em Resoluções do CNRH ou na própria Lei 9.433, de 1997.

Tabela 6.1. Instituições e suas atribuições no âmbito do PNRH

CNRH	É atribuição do CNRH “acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas” (Lei nº 9.433/97, art. 35º, IX). Ao reunir representações dos Ministérios, CERHs, Usuários e Organizações Cíveis de Recursos Hídricos, o Conselho é também um importante espaço para a pactuação das metas do PNRH e a articulação entre as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal, que se relacionem com a gestão de recursos hídricos.
-------------	---

SRHU/MMA	“Coordenar a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, bem como acompanhar e monitorar sua implementação” (Lei nº 9.433/97, e Lei nº 9.984/2000). Proceder a revisão do PNRH, a cada 4 anos, em articulação com a CTPNRH e com o apoio da ANA. (Resolução CNRH nº 58 de 2006).
ANA	A ANA possui as competências legais relativas à implantação, monitoramento e avaliação do PNRH, conforme o estabelecido na Lei nº 9.984/2000, especialmente nos artigos 3º e 4º, a saber: “... implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”; e “participar da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e supervisionar a sua implementação”.
GIA – Grupo Interinstitucional de Articulação SRHU e ANA	Instituído por Portaria Conjunta nº 186 - SRHU e ANA, de 1/9/2009, composto por um Grupo de Orientação e um Grupo Técnico. Em relação ao PNRH, o GIA tem a função de “definir mecanismos para implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação e revisões do PNRH” (Portaria Conjunta nº 186, art. 3º, inciso II, de 1º de setembro de 2009).

Reconhece-se, adicionalmente, o envolvimento de mais três grupos de atores ligados ao PNRH, a saber:

- **Executores dos Programas e Sub-Programas** - têm a responsabilidade pelo cumprimento das metas e alcance dos resultados pactuados, dispõem de autonomia tática para conduzir os programas no plano operacional, podendo decompô-los em unidades menores segundo recortes geográficos, institucionais ou temáticos e delegar sua execução a terceiros, mantendo-se, no entanto, como único e exclusivo responsável pela execução do todo e de cada parte, perante a Coordenação Executiva do PNRH. A responsabilidade supracitada deve considerar a base legal e institucional que rege as atribuições e funções dos executores.
- **Órgãos colegiados integrantes do SINGREH** - têm um papel relevante na implementação dos programas e sub-programas. Conforme citado no Documento “Estratégia de Implementação do PNRH”, tal papel “tem amparo no princípio da subsidiariedade e nos conceitos de descentralização e federalismo”, tendo como exemplo, entre outros aspectos, os limites de abrangência e a necessária articulação entre os níveis de planejamento no campo dos recursos hídricos.
- **Órgãos governamentais municipais, estaduais e federais** - são atores que interagem diretamente com os executores do programa, como facilitadores na obtenção de dados e mesmo como executores de partes dos programas (por delegação dos responsáveis pelos programas). Também atuam como receptores de serviços e produtos decorrentes da implementação do PNRH.
- **Sociedade civil** – beneficiária final de todos os programas do PNRH e no acompanhamento do

plano, informando-se quanto ao seu desenvolvimento, aferindo a propriedade das decisões tomadas e os resultados previstos.

6.2.2. Mecanismos de Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do PNRH

O sistema de monitoramento e avaliação do PNRH vem sendo gradativamente construído e implementado, desde 2007, quando a Resolução CNRH nº 69/07 criou o SIGEOR. Inclui mecanismos em diferentes níveis, integrados e complementares.

O objetivo geral do sistema de gerenciamento, monitoramento e avaliação do PNRH, por meio dos mecanismos indicados, é orientar e apoiar seus gestores e executores na busca da máxima eficiência, eficácia e efetividade social das ações. Em suma, seus resultados devem convergir para o avanço, transformação e aprimoramento contínuo dos programas, para o desenvolvimento dos atores envolvidos e para o fortalecimento institucional. Os mecanismos indicados devem operar de forma integrada, complementando esforços e otimizando recursos.

Mecanismo	Descrição
Acompanhamento Técnico Gerencial	A cargo da SRHU-MMA, com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA), por meio de oficinas, seminários, reuniões técnicas e outros mecanismos, valendo-se da equipe própria das duas instituições.
Monitoramento continuado do PNRH	O monitoramento é uma ferramenta gerencial de técnicos e gestores do PNRH, que deve ter aplicação imediata, quase cotidiana, fornecendo subsídios para acompanhar e apoiar a implementação das prioridades do Plano Nacional, devendo permitir a correção de erros e distorções durante a sua execução. O monitoramento de cada programa deverá ser exercido, sobretudo, pelo gestor operacional da ação, em articulação com os gestores operacionais dos subprogramas. Isto porque o monitoramento é um processo contínuo e simultâneo ao gerenciamento, que irá assegurar a consecução dos resultados do PNRH, identificando as dificuldades encontradas para que possam ser solucionadas, garantindo a efetiva implantação das ações planejadas.
Avaliação periódica do desempenho executivo e dos resultados efetivos alcançados	A avaliação é vista principalmente como base para o planejamento anual das ações, já que seus resultados não são tão imediatos quanto os do monitoramento. O modelo adotado deverá prever avaliações periódicas do PNRH, sistematizadas em relatórios parciais e finais, com espaços de discussão (oficinas, seminários, congressos) entre os interessados, com particular

	interesse em recomendações para que ocorram ajustes e correções no planejamento.
Sistema de Informações do PNRH (SI-PNRH)	<p>Para implantação do monitoramento e avaliação do PNRH é imprescindível tanto conhecer as informações advindas de todo o sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos e do universo que o envolve, quanto transmitir as informações constantes no PNRH. Ao ser avaliado o Plano deve ajustar-se às necessidades a cada oportunidade de revisão. Assim sendo, é conveniente que haja um fluxo contínuo de informações entre o Plano e o cotidiano do gerenciamento dos recursos hídricos do país, buscando-se sempre a convergência entre ambos.</p> <p>As prioridades do PNRH 2012-2015, cujas metas deverão ser mensuráveis, quantitativa ou qualitativamente, abastecerão um Sistema Piloto de Informações do PNRH. Este sistema deverá facilitar um acompanhamento contínuo. Este Sistema deverá ser descentralizado e alimentado pelos executores das ações. O SI-PNRH constituir-se-á em ferramenta do SNIRH. O SI-PNRH deverá estar implantado e em alimentação, até dezembro de 2012.</p>

O PNRH está também sujeito a diversos mecanismos de monitoramento e fiscalização independentes que atuam no país: do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Fazenda, do Ministério de Planejamento e da Presidência da República, das Procuradorias e outros organismos dos Estados e do Distrito Federal. Por isso, o monitoramento e avaliação do PNRH, em seus diferentes níveis, estão orientados para transformação, melhoria e correção de rumos – e não para fiscalização em sentido estrito, até para não sobrepor esforços a outros organismos que já atuam nesse sentido.

Em suma, os diferentes mecanismos de monitoramento e avaliação do PNRH devem convergir para o avanço, transformação e aprimoramento contínuo dos programas, para o desenvolvimento dos atores envolvidos e para o fortalecimento institucional, com vistas à consolidação de uma nova institucionalidade no país.

PARTE II - DETALHAMENTO DAS PRIORIDADES DO PNRH PARA 2012-2015.

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA	
1.	Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.
2.	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.
3.	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional.
4.	Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.
5.	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.
6.	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.
7.	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.
8.	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento por aprovado pelo Comitê de Bacia.
9.	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
10.	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.
11.	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água.
12.	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos.
13.	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.
14.	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.
15.	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Singreh e para a sociedade.
16.	Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	
17.	Avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos extremos.
18.	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.
19.	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.
20.	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.
21.	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.
GERENCIAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNRH	
22.	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).

I - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA:

1 – Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.

1. Objetivo:

Apoiar o planejamento participativo e descentralização da gestão de recursos hídricos, por meio da criação de novos Comitês de Bacia e do fortalecimento institucional dos Comitês já existentes.

2. Contexto:

Os Comitês de Bacia são órgãos colegiados locais cujas atribuições, a teor do disposto no § 1º do artigo 1º da Resolução CNRH no 05/2000, devem ser exercidas na bacia hidrográfica de sua jurisdição, incumbindo-lhes promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, bem como arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos, aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, acompanhar sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.

A gestão eficiente dos recursos hídricos reclama soluções a curto, médio e longo prazos, por meio do planejamento e da execução de programas, projetos e ações coletivas de cunho socioambiental, neles compreendidos simultaneamente seus aspectos antrópicos, físicos e biológicos. Tais soluções, planos e ações coletivas, envolvendo a participação de todos os interessados, devem necessariamente ser buscados nos CBH, cuja composição e funcionamento devem igualmente abarcar a representação e a participação efetiva dos vários segmentos sociais, dos setores econômicos e dos entes federativos envolvidos: as comunidades e suas organizações civis, os usuários diversos e os poderes públicos, para garantir as condições de acesso universal e uso múltiplo das águas, bem como o debate democrático necessário ao gerenciamento participativo e descentralizado desses recursos.

A partir de 1997, com a Lei das Águas, houve um aumento considerável no número de Comitês de Bacia Estaduais instalados, passando de 29 para 164 em 2010, conforme apresentado na Figura 1 (ANA 2011). A *Figura* apresenta a distribuição dos comitês por UF, com destaque para o estado de Minas Gerais com maior número de comitês estaduais instalados. Posteriormente, no mapa da *Figura 1*, mostra-se o quadro de comitês estaduais e interestaduais instalados até 2010.

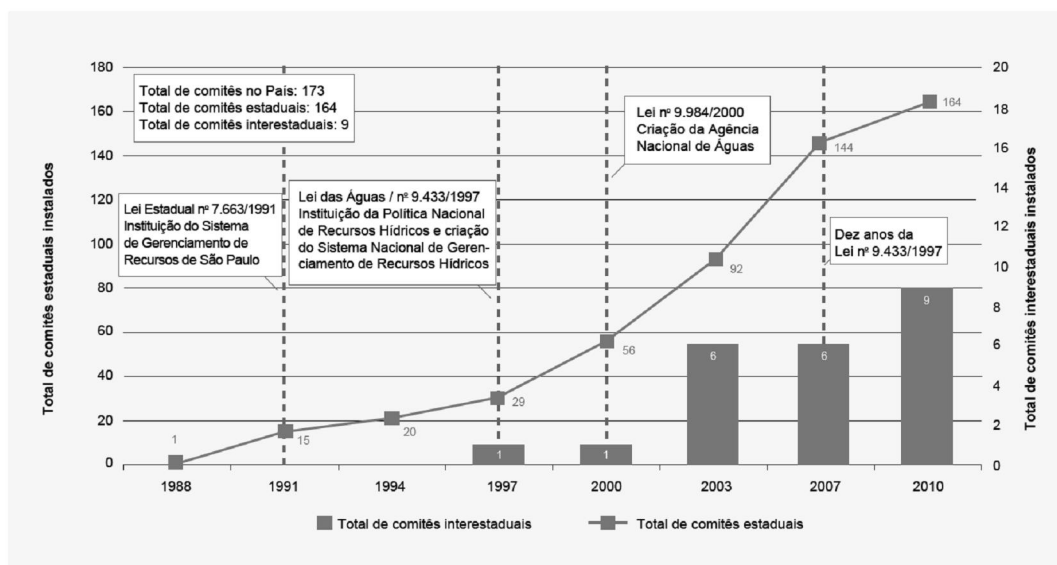


Figura 1 – Evolução da instalação de comitês de bacia hidrográfica no Brasil (ANA 2011).

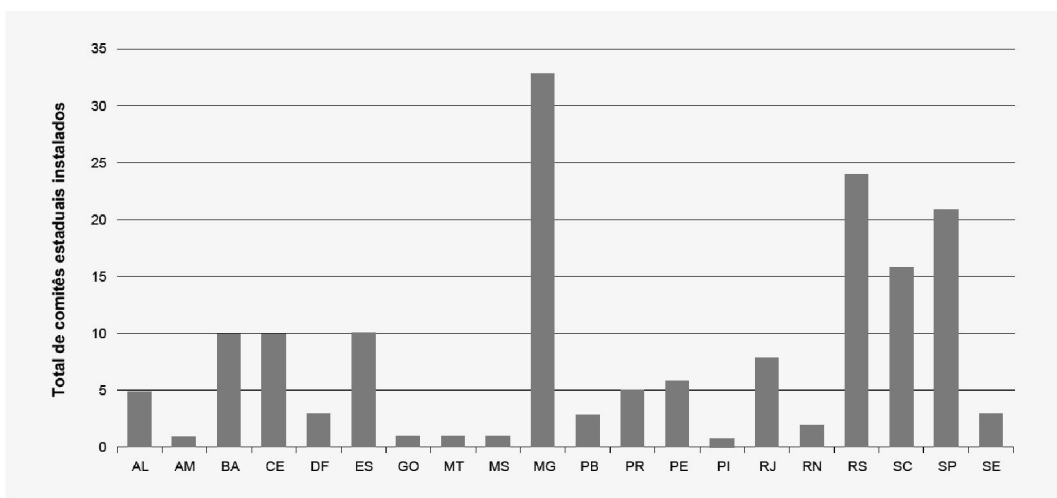


Figura 2 – Distribuição de comitês de bacia hidrográfica instalados nos Estados (ANA 2011).

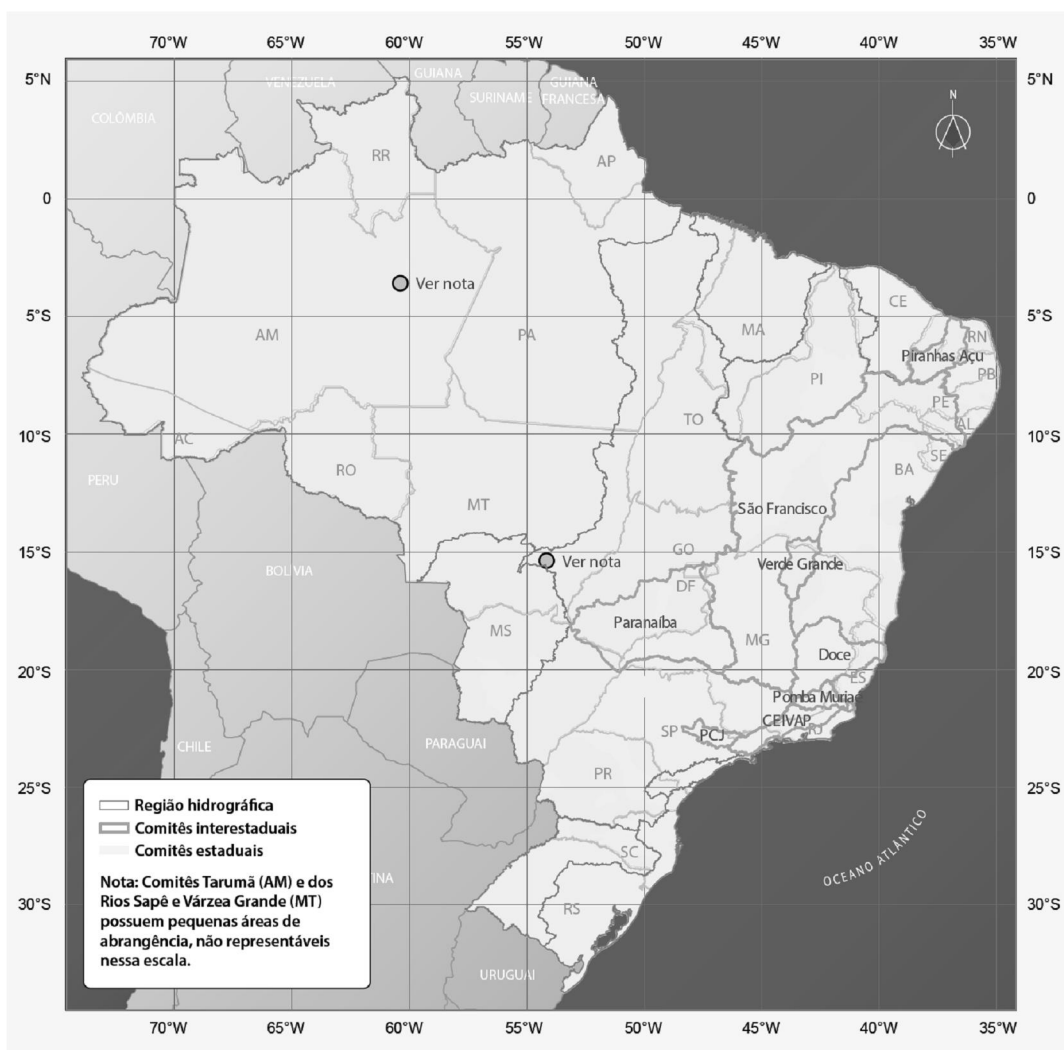


Figura 1 – Comitês de bacia instalados (ANA 2011).

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Definir bacias hidrográficas prioritárias para o fomento à criação de CBHs, considerando o mapa de gestão de recursos hídricos (Resolução CNRH nº 109 de 2010).
- Mobilizar os atores para a implantação dos Comitês, em especial nas regiões: Tocantins-Araguaia, Uruguai, Parnaíba e Mampituba.
- Prever recursos financeiros para custeio dos CBHs nos PPAs do Governo Federal e dos Governos Estaduais.
- Fortalecer os CBHs já criados, visando à sua sustentabilidade.

4. Executores:

- ANA, Órgãos Gestores Estaduais, Agências de Bacia.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

2 - Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.

1. Objetivo:

Promover, de forma coordenada com os órgãos estaduais, o amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país.

2. Contexto:

O conhecimento, a quantificação e o registro cadastral das demandas por recursos hídricos constituem elementos fundamentais para ações efetivas de gestão, inclusive no que concerne à identificação de bacias e situações prioritárias em vista de conflitos instalados e potenciais. Esse tema envolve a ampliação, consolidação e consistência de todos os cadastros sobre usos e usuários de recursos hídricos (federal e estaduais) e campanhas de regularização, mantendo, também, forte articulação com ações de comunicação social, além de estimular formas de autodeclaração periódica de uso das águas.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Identificar as bacias hidrográficas e regiões prioritárias para o cadastramento de usos e usuários de águas superficiais e subterrâneas.
- Cadastrar os usos e usuários nas bacias priorizadas.
- Identificar passivos ambientais por meio do Cadastro Nacional e utilizar essas informações para liberação de financiamento bancário e estímulo ao cumprimento de normas.
- Avançar no cadastramento de efluentes.
- Integrar os cadastros da União (CNAHR) e dos Estados.

4. Executores:

- ANA, Órgãos Gestores de Recursos Hídricos.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Comitês de Bacia, DNOCS, CODEVASF.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

3 - Estruturação, ampliação e manutenção das redes hidrometeorológica e hidrogeológica nacional.

1. Objetivo:

Consolidar uma adequada rede hidrológica para a coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre as disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas do país nas diversas bacias e regiões, assegurando que os dados coletados sejam efetivamente processados e interpretados e subsidiem decisões acerca da gestão dos recursos hídricos, além de devidamente armazenados e difundidos entre todos os segmentos interessados.

2. Contexto:

Em adição à identificação das demandas, a gestão dos recursos hídricos precisa conhecer as disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas das diversas bacias e regiões, sob a ótica da quantidade e da qualidade, o que só pode ser alcançado mediante a coleta e a sistematização de séries históricas de dados pluviométricos, fluviométricos e de qualidade da água, entre outros dados.

Esta prioridade trata da expansão, da modernização, da adequação, da operação e da manutenção da rede nacional de dados hidrológicos e de qualidade da água, operada sob responsabilidades compartilhadas entre a União e os Estados, mediante convênios específicos.

Adicionalmente, deve-se explorar possibilidades de integração e troca de dados coletados por outros setores, notadamente órgãos de meio ambiente, saneamento, saúde, energia e irrigação, pela via de agentes públicos ou privados (concessionários de serviços e agentes produtores), tratando de estabelecer protocolos de procedimentos que assegurem patamares adequados de qualidade e consistência de informações.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Identificar bacias hidrográficas e regiões prioritárias para implantação ou ampliação do monitoramento quali-quantitativo.
- Definir estratégia de ampliação da rede de monitoramento quali-quantitativo das bacias e regiões prioritárias.
- Realizar a manutenção e modernização das redes de monitoramento quali-quantitativo existentes.
- Promover a integração das redes de monitoramento quali-quantitativo existentes, por meio de convênios ou acordos de cooperação com entidades responsáveis por redes de monitoramento, buscando sua otimização pela eliminação da sobreposição de pontos monitorados e agregação das informações geradas.

4. Executores

- ANA, entidades que operam as estações hidrometeorológicas.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Órgãos Gestores Estaduais.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

4 - Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.

1. Objetivos:

Consolidar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, complementando dados e lacunas, e, principalmente, assegurando a interlocução com sistemas similares instalados nos Estados e/ou em bacias determinadas.

2. Contexto:

As decisões de gestão em recursos hídricos requerem o adequado suporte de dados e informações, sistematizados e disponíveis a todos os atores e segmentos interessados. O Sistema de Informações tem como objetivo principal produzir, sistematizar e disponibilizar dados e informações que caracterizam as condições hídricas da bacia em termos de quantidade e qualidade da água para os diversos usos e em termos das condições do ecossistema, traduzido pelas pressões antrópicas nela existentes.

A propósito de seu conteúdo, o Sistema de Informações tem como insumos o cadastro de usuários, dados da rede hidrológica, hidrogeológica e de qualidade da água, devidamente sistematizados e interpretados, e dados sobre as outorgas concedidas, além de informações sobre bacias hidrográficas, dos meios físico, biótico e socioeconômico (geomorfologia, geologia, atividades de produção e consumo, uso e ocupação do solo, biomas e dados ambientais, infraestrutura instalada, fontes de poluição pontuais e difusas, entre outras).

Vale registrar a importância desse instrumento em um modelo de gestão pautado na participação da sociedade no processo decisório. Além de as informações sobre os recursos hídricos serem basilares para a aplicação de todos os instrumentos da política, a disseminação de informações confiáveis será peça fundamental para a tomada de decisões seguras e responsáveis por parte das comunidades, dos usuários e do poder público.

Vale registrar a importância desse instrumento em um modelo de gestão pautado na participação da sociedade no processo decisório. Além de as informações sobre os recursos hídricos serem basilares para a aplicação de todos os instrumentos da Política, a disseminação de informações confiáveis será peça fundamental para a tomada de decisões seguras e responsáveis por parte das comunidades, dos usuários e do poder público.

No âmbito dos estados, a situação dos sistemas de informações é mostrada na Figura 4, onde estão indicados na cor verde os estados que têm esse sistema em funcionamento.

Tendo em vista a necessidade de dados para a gestão dos recursos hídricos em âmbito nacional, a interoperabilidade com os sistemas de entidades relacionadas à gestão de recursos hídricos e de pesquisa, a integração com outros sistemas é uma característica essencial do SNIRH.

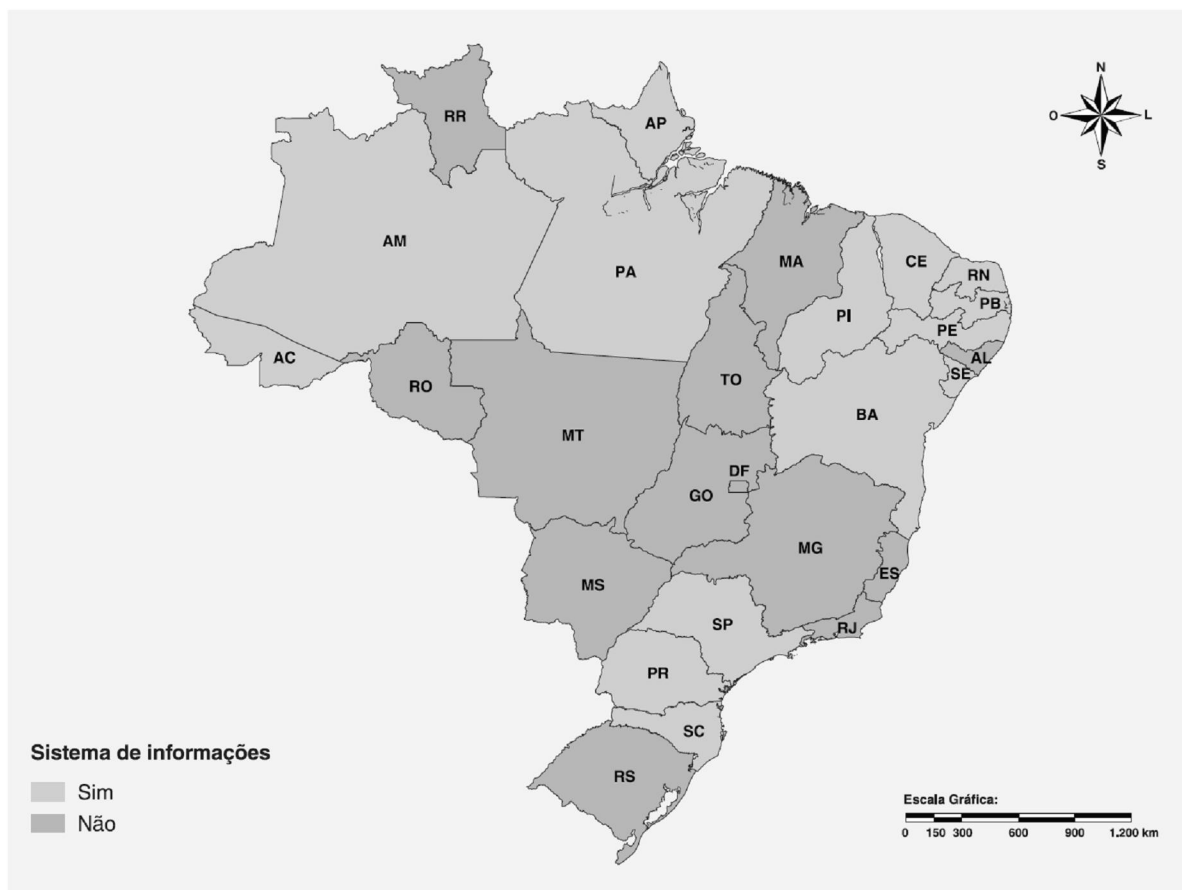


Figura 4 – Sistemas de informações nos estados (ANA 2009).

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Complementar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – SNIRH.
- Implementar os Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos.
- Fazer a integração dos Sistemas Estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos.

4. Executores:

- ANA, Órgãos Gestores Estaduais.

5. Parcerias e Interlocutores:

- SRHU-MMA, CPRM, Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

5 - Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.

1. Objetivos:

Promover a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio federal e apoiar metodologicamente os Estados na elaboração de seus planos e de planos de bacias de estaduais.

2. Contexto:

O planejamento do uso de recursos hídricos, consubstanciado em Planos Estaduais e em Planos de Bacia Hidrográfica, constitui instrumento importante que subsidia a concessão de outorgas, a definição de metas de enquadramento e, por consequência, a própria gestão de conflitos, a conservação e a utilização sustentável das disponibilidades hídricas, notadamente em bacias com elevado grau de utilização da água.

Os planos de recursos hídricos são o primeiro instrumento citado na Política Nacional de Recursos Hídricos e, de acordo com o disposto no artigo 6º da referida Lei, são planos que visam a fundamentar e a orientar sua implementação e o gerenciamento desses recursos. O conteúdo mínimo desses planos encontra-se definido no artigo 7º da Lei no 9.433/1997, sendo essa definição legal complementada pelas Resoluções nº 17/2001 e no 22/2002 do CNRH.

Os planos, como instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, deverão ser concebidos tendo como base os fundamentos, os objetivos e as diretrizes gerais de ação, previstos na Lei Federal no 9.433/1997, valendo, nesse contexto, destacar a ratificação da dominialidade pública das águas; a prioridade para o consumo humano e para a dessedentação de animais em situações de escassez; os usos múltiplos das águas; o seu valor econômico; a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da Política em apreço; a descentralização e a participação social no processo de gestão; a utilização integrada e sustentável da água; os conceitos de integração e articulação, tanto do ponto de vista dos processos socioambientais quanto políticos e institucionais.

A figura 5 mostra a situação, em dezembro de 2010, dos planos de bacias interestaduais, enquanto a figura 6 ilustra a situação dos planos estaduais de recursos hídricos.

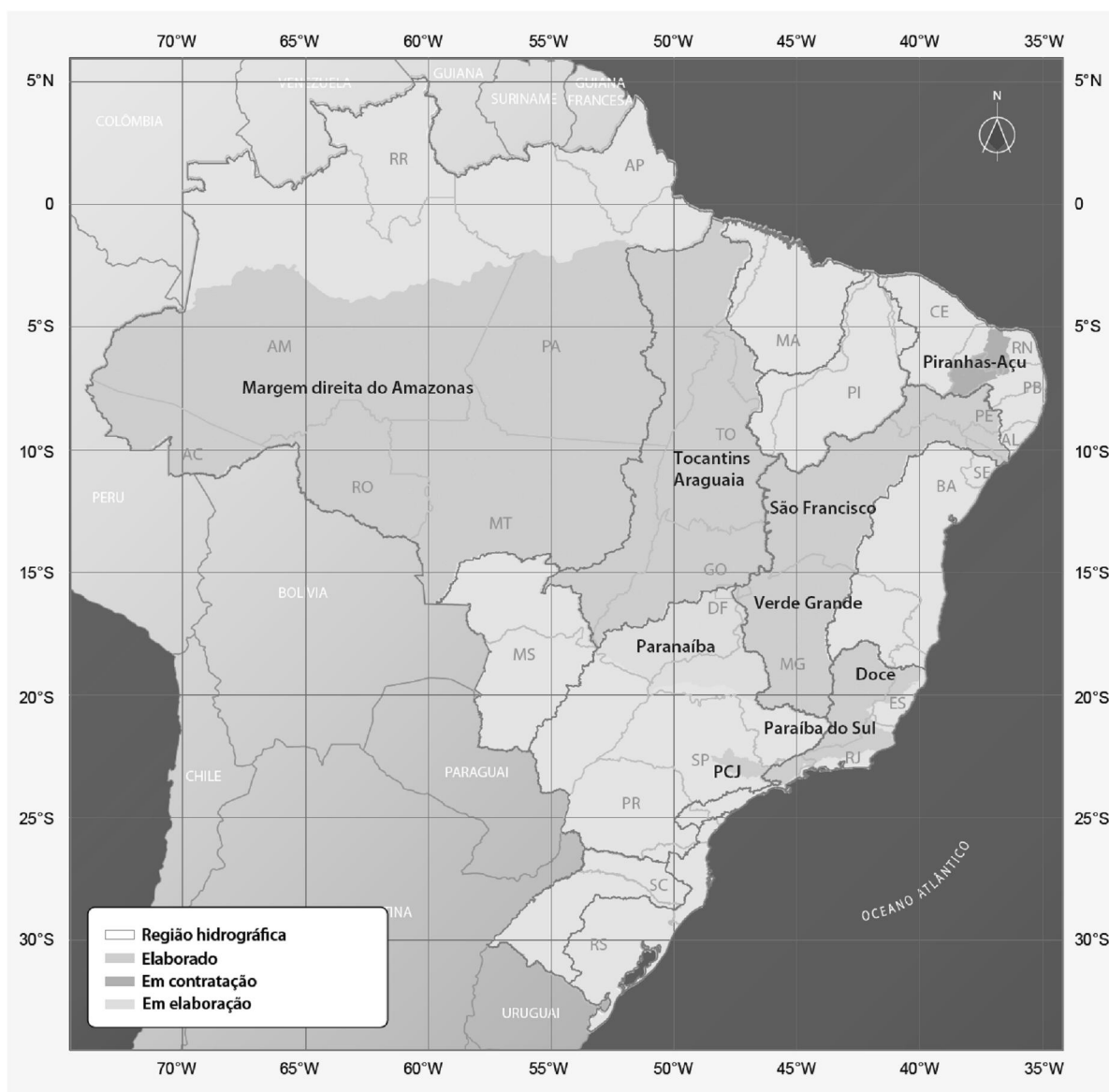


Figura 5 - Situação dos planos de bacias interestaduais (ANA 2011).

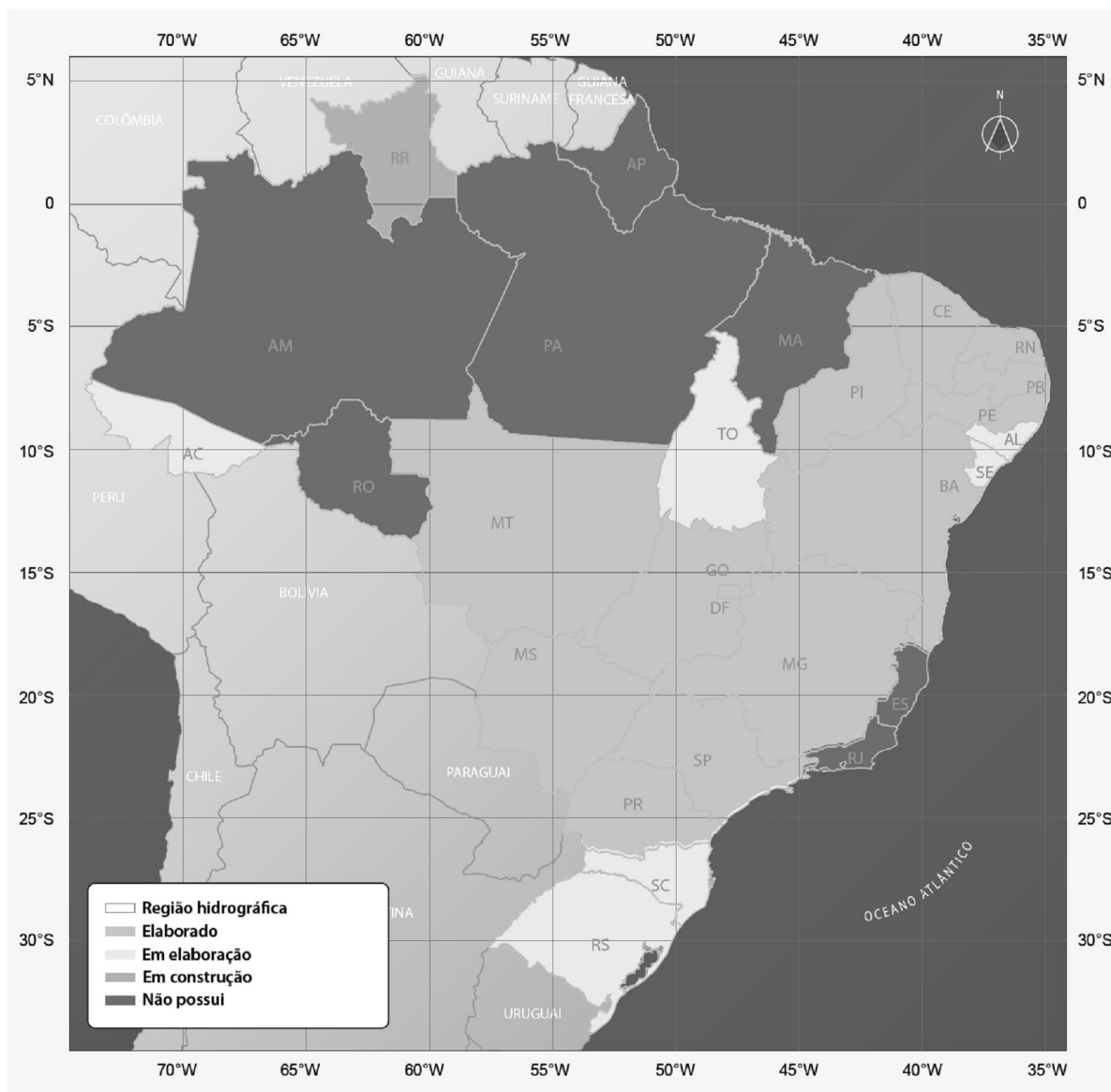


Figura 6 – Situação dos planos estaduais de recursos hídricos (ANA 2011).

3. **Recomendações do processo de consulta ao Singreh:**

- Apoiar a elaboração dos Planos de Bacias onde existem Comitês.
- Apoiar a elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos.
- Desenvolver estudos integrados e programas de ações por Região Hidrográfica referentes ao (i) monitoramento e controle de variáveis climáticas; (ii) programas de mitigação; (iii) gestão integrada; (iv) implementação dos instrumentos da Política.
- Definir critérios para a identificação de áreas sujeitas à restrição de uso dos recursos hídricos (ecorregiões aquáticas), para orientar o planejamento de recursos hídricos.
- Definir diretrizes para a identificação de necessidade hídricas ambientais em bacias hidrográficas prioritárias (vazão ambiental).

4. **Executores e intervenientes:**

- ANA, SRHU-MMA, Órgãos Gestores Estaduais, Comitês e Agências de Bacia.

5. **Parcerias e Interlocutores:**

- Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

6 - Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.

1. Objetivo:

Promover a elaboração de propostas de enquadramento de corpos d'água em bacias de rios de domínio federal e apoiar metodologicamente os Estados na elaboração de suas proposta, em bacias de domínio estadual.

2. Contexto:

O enquadramento é um instrumento de planejamento que visa indicar as metas de qualidade das águas a serem alcançadas em uma bacia hidrográfica, em determinado período temporal, definindo a classe que os corpos de água devem atingir, ou em que classe de qualidade dever permanecer para atender às necessidades de uso definidas pela sociedade.

Esse instrumento vem sendo implementado no país desde 1986, quando o Conama, por intermédio da sua Resolução no 20 (atual Resolução no 357/2005), identificou as classes de uso em que os corpos de água podem ser enquadrados, com correspondentes parâmetros de qualidade.

Com o advento da Lei no 9.433/1997, que possui, entre seus objetivos, “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”, esse instrumento foi incorporado à política de recursos hídricos. De acordo com a referida Lei, o enquadramento deve ser estabelecido pelo CNRH ou pelos Conselhos Estaduais, mediante proposta apresentada pela Agência de Bacia Hidrográfica ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica (artigo 44, XI, a).

Como instrumento de gestão dos recursos hídricos, representando, portanto, um elemento de articulação e integração da gestão ambiental com a gestão dos recursos hídricos, o que encontra respaldo no artigo 10 da Lei no 9.433/1997, a saber: “As classes de corpos de água serão estabelecidas pela legislação ambiental”. Portanto, sua implementação passará a exigir a articulação das instituições de gerenciamento e dos colegiados dos dois sistemas, o SINGREH e o Sisnama. Os procedimentos para o enquadramento dos corpos de água são definidos pela Resolução CNRH no 12/2001.

A situação atual do enquadramento dos corpos de água está apresentada na Figura 7 e na Figura 8.

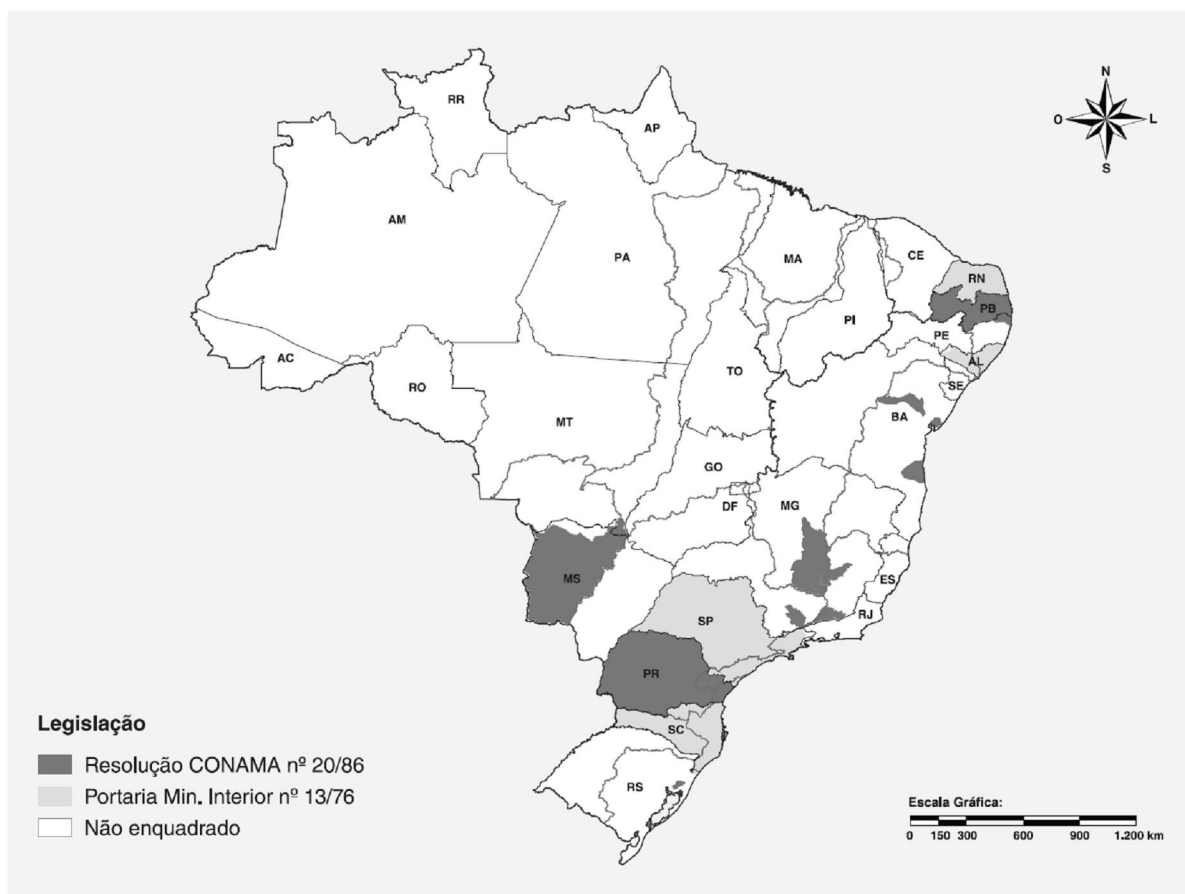


Figura 7 - Bacias que possuem os corpos d'água estaduais enquadrados e a legislação utilizada (ANA 2009).

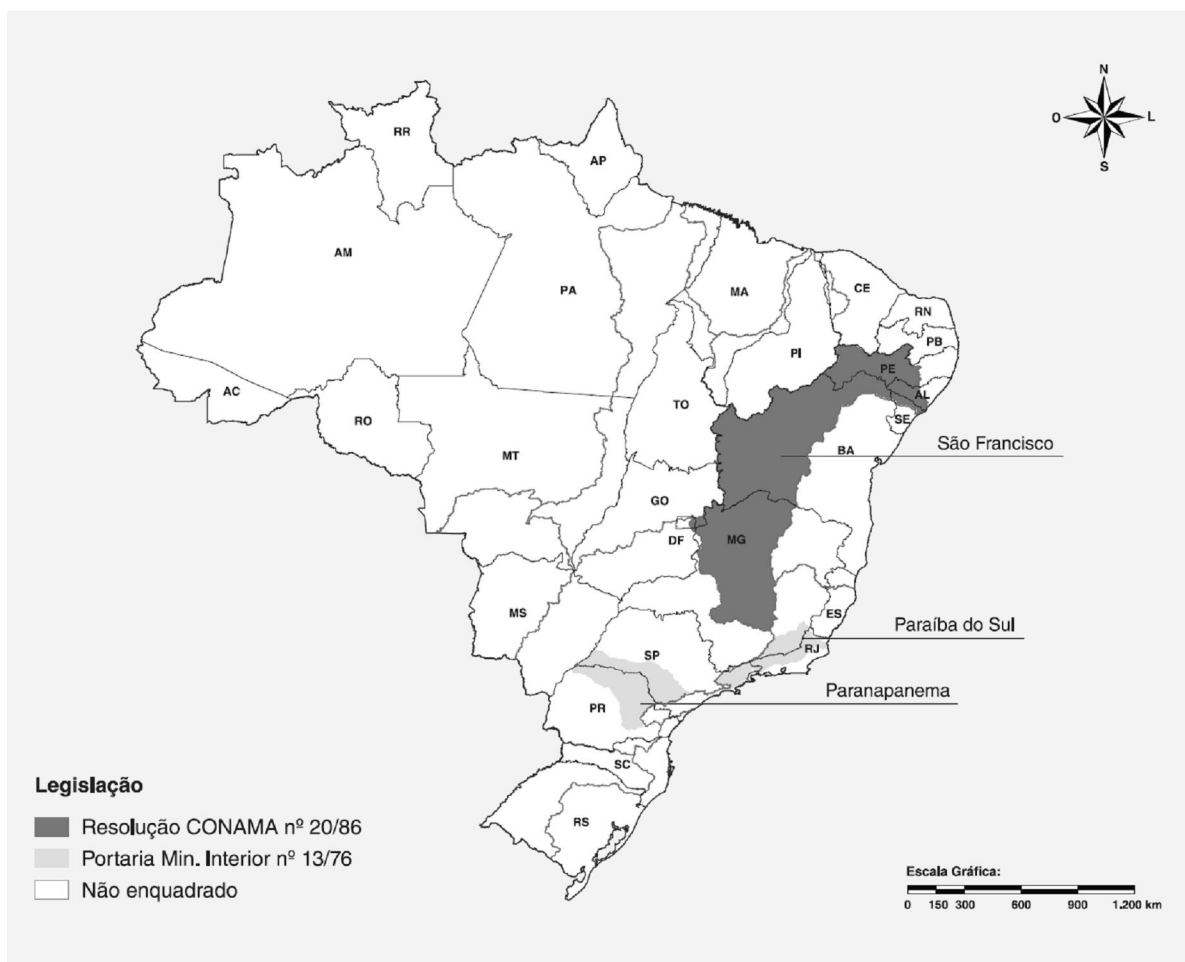


Figura 8 - Bacias que possuem os corpos d'água federais enquadrados e a legislação utilizada (ANA 2009).

3. **Recomendações do processo de consulta ao Singreh:**

- Definir metodologias para a estimativa dos impactos de cargas difusas em corpos d'água.

4. **Executores:**

- ANA, Órgãos Gestores Estaduais, Agências de Água.

5. **Parcerias e Interlocutores:**

- Conselhos de Recursos Hídricos, CONAMA, órgãos afins do MMA.

6. **Indicadores de monitoramento e avaliação:**

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

7 - **Definição de critérios de outorga para diferentes situações.**

1. **Objetivos:**

Avançar e consolidar a metodologia e o sistema de outorga de direitos de uso da água e apoiar esforços similares nas unidades federadas, assegurando consistência de critérios e

metodologias e subsidiando a consolidação da sistemática de outorga em todo o território nacional.

2. Contexto:

Com suporte em dados de demandas e informações sobre disponibilidades hídricas (Cadastro e Sistema de Informações de Recursos Hídricos), será possível consolidar, em todo o país, uma sistemática consistente de outorga de direitos de uso da água, com vistas ao estabelecimento de condições objetivas para a gestão de conflitos, a prevenção de eventos críticos, a conservação e o aproveitamento racional das disponibilidades hídricas.

A Lei no 9.433/1997 estabelece a outorga de direito de uso como aquele instrumento que tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, superficiais ou subterrâneas, e o efetivo exercício dos direitos de acesso a ela. A outorga é, assim, o ato administrativo pelo qual a autoridade outorgante concede ao outorgado o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado e de acordo com os termos e as condições expressas no ato. A outorga visa a dar garantia ao usuário outorgado quanto à disponibilidade de água como insumo básico de processo produtivo.

A outorga não representa alienação (venda) das águas, posto que são inalienáveis, porém tem o condão de separar das águas genericamente consideradas como bem de uso comum do povo a parcela outorgada, conferindo prioridade ao outorgado, passível de suspensão nos casos previstos no artigo 15 da Lei no 9.433/1997, entre eles as situações em que estiver ameaçado o interesse público e a prioridade ao abastecimento humano e a dessedentação de animais.

A figura 9 apresenta a evolução das outorgas concedidas no país. Observa-se que entre dezembro de 2004 e julho de 2010 a vazão outorgada aumentou em 2,5 vezes, enquanto que o número de outorgas aumentou 1,8 vezes.

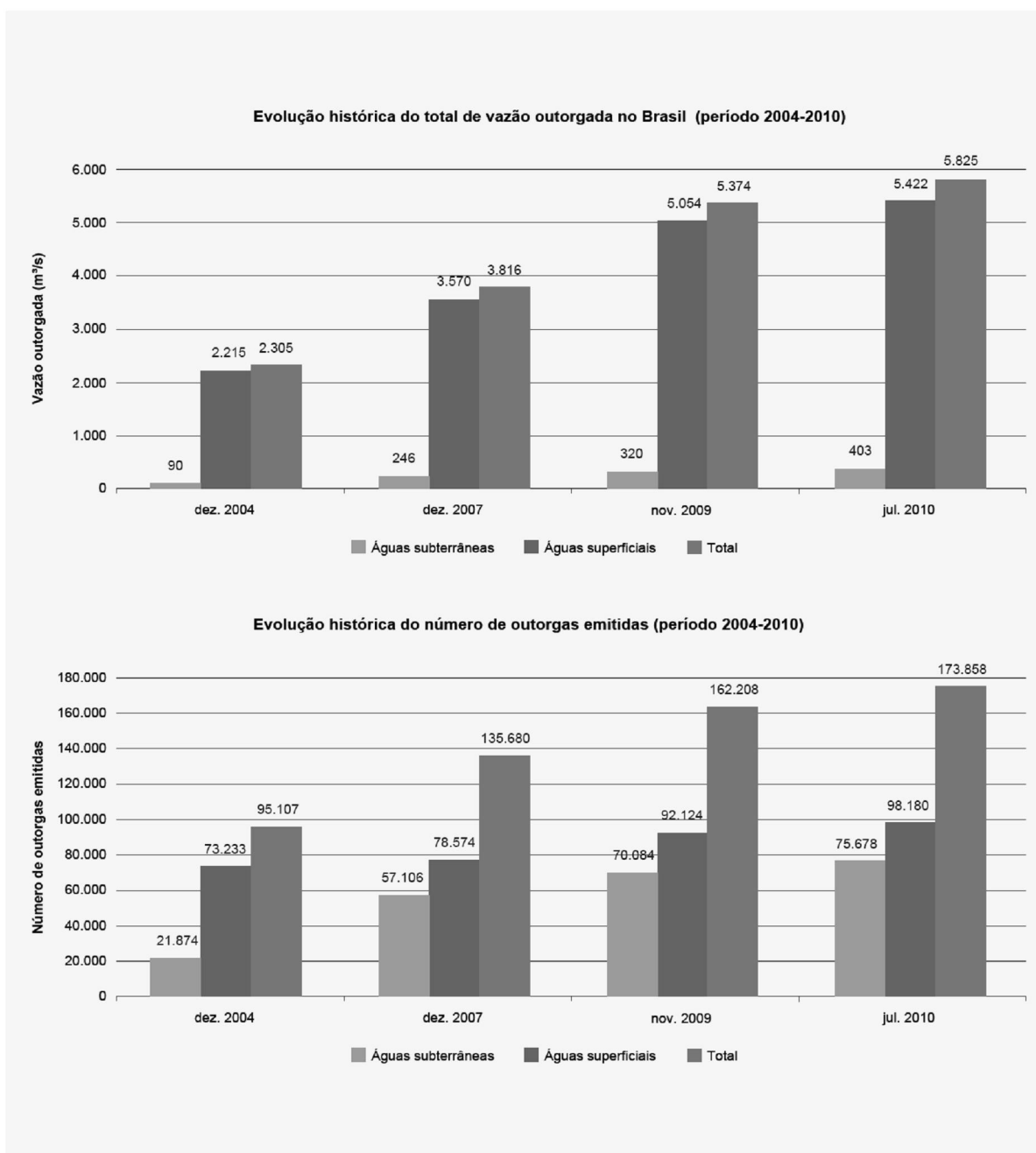


Figura 9 – Evolução do quadro geral de outorgas emitidas no país (ANA 2011)

3. **Recomendações do processo de consulta ao Singreh:**

- Definir critérios de outorga para rios intermitentes.
- Definir critérios de outorga para águas subterrâneas.
- Definir critérios e procedimentos conjuntos e articulados entre os Estados que compartilham um mesmo aquífero.
- Levar em conta as especificidades regionais na definição de critérios de outorga.

4. **Executores:**

- ANA, órgãos outorgantes estaduais.

5. **Parcerias e Interlocutores:**

- Ibama.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

8 – Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelos Comitês.

1. Objetivo:

Empreender estudos sobre alternativas na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, com foco na conscientização do usuário da água.

2. Contexto:

A gestão de recursos hídricos, quando restrita aos mecanismos tradicionais de comando e controle, apresenta reconhecidas limitações, sempre dependendo da eficiência e da eficácia das estruturas públicas de fiscalização. Assim, devem ser incorporados instrumentos descentralizados de gestão econômica que induzam os usuários a comportamentos ambientais mais adequados e à utilização racional das disponibilidades hídricas.

A implantação da cobrança não se justifica como alternativa geral para o país, devendo ser focada em bacias que apresentem elevada densidade de atividades e de usuários de água, notadamente em setores que reúnam maior capacidade de pagamento. Os benefícios serão advindos tanto da mudança potencial de comportamento dos usuários, racionalizando usos e reduzindo emissões, quanto dos fundos recolhidos para investimentos previstos nos Planos de Bacia.

A cobrança objetiva incentivar a racionalização do uso da água, bem como obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e das intervenções contemplados nos Planos de Recursos Hídricos. A Lei prevê que esses recursos sejam aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que forem gerados (artigo 22, caput, da Lei no 9.433/1997).

Outrossim, cabe registrar que o ordenamento jurídico brasileiro não prevê a possibilidade de comercialização e mercantilização da água por particulares, visto se tratar de bem público inalienável, de domínio da União ou dos Estados.

Atualmente, encontra-se implantada a cobrança nos rios de domínio da União nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) e, desde 1º de julho de 2010, na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A tabela 1 apresenta uma comparação entre os valores arrecadados em 2010 com as demandas anuais de investimentos necessários para as Bacias PCJ, Paraíba do Sul e São Francisco, previstas nos seus respectivos planos de bacia, nota-se que o montante arrecadado representa 6,5% da demanda total anual para a Bacia do Paraíba do Sul, 12,2% para as Bacias PCJ e 0,35% para a Bacia do São Francisco (tabela 1). Vale observar que a cobrança não é a principal fonte de arrecadação de recursos para a implementação do plano, representando, por exemplo, apenas 5% dos investimentos previstos no Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Além disso, a cobrança na Bacia do Rio São Francisco teve início apenas em 1º de julho de 2010 e ainda não teve a participação de todos os estados da bacia, representando um potencial anual superior.

Tabela 1 – Comparação de despesas previstas e arrecadação com a cobrança nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, Paraíba do Sul e São Francisco (ANA 2011)

Bacia	Despesas anuais previstas nos planos de recursos hídricos (R\$ milhões)			Valores arrecadados em 2010 (R\$ milhões)	Relação arrecadação anual (cobrança)/ despesas anuais (planos)
	Gestão de recursos hídricos e custeio administrativo	Infraestrutura hídrica e saneamento	Total		
Paraíba do Sul	24,00	306,00	330,00	21,50	6,52%
Piracicaba, Capivari e Jundiá	10,80	279,00	289,80	35,30	12,18%
São Francisco	233,30	4.973,10	5.206,40	18,20	0,35%
Total	268,10	5.558,10	5.826,20	75,00	9,16%

3. **Recomendações do processo de consulta ao Singreh:**

- Identificar as bacias hidrográficas prioritárias para a implantação da cobrança pelo uso da água.
- Implantar a cobrança nas bacias prioritárias onde esse instrumentos for aprovado pelo Comitê de Bacia.

4. **Executores:**

- ANA; Órgãos Gestores Estaduais; Agências de Bacia.

5. **Parcerias e Interlocutores:**

- CNRH; CERHs e Comitês de Bacia.

6. **Indicadores de monitoramento e avaliação:**

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

9 – Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.

1. **Objetivos:**

Organizar ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos.

2. **Contexto:**

A regulação de direitos de uso pressupõe a fiscalização da situação de regularidade do usuário com o órgão gestor, bem como o cumprimento dos parâmetros que foram estabelecidos no ato da outorga, notadamente quando a utilização fora dos valores estabelecidos apresentar repercussões sobre terceiros e sobre o conjunto da sociedade.

As ações sistemáticas devem imprimir um caráter preventivo e orientativo às atividades de fiscalização, sendo definidas a partir de critérios de hierarquização de empreendimentos e pontos estratégicos de monitoramento que orientem uma atuação seletiva. Assim, a fiscalização pontual deve ficar restrita a casos de denúncias ou conflitos locais evidentes. Não obstante esse caráter predominante, não devem ser estabelecidos impedimentos ou condicionantes à aplicação de penalidades.

Com o intuito de tornar efetiva a fiscalização do uso de recursos hídricos, considerando o caráter descentralizador da Política Nacional de Recursos Hídricos e a possibilidade de repasse de competência de emissão de outorgas da União para os Estados, torna-se necessário viabilizar igualmente a delegação de fiscalização. É necessário ainda que haja estrutura técnica e administrativa compatível com o acréscimo das novas responsabilidades a serem recebidas pelos órgãos gestores de recursos hídricos estaduais.

Na tabela 2 é apresentado o número de campanhas realizadas, desde o início das atividades de fiscalização da ANA. Observa-se que os valores altos de percentagem de regularização atestam a efetividade dessas campanhas.

Tabela 2 – Quantitativo de campanhas fiscalizatórias realizadas pela ANA (ANA 2011)

Ano	Nº de campanhas	Usuários vistoriados	Usuários notificados	Usuários regularizados	% de regularização ⁴⁰
2001 a 2006	84	707	131	124	95
2007	29	249	40	37	92
2008	25	138	42	32	76
2009	24	143	35	22	63
2010	32	135	36	29	81

* Percentagem de regularização: usuários regularizados/usuários notificados.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Desenvolver capacidade institucional e técnica para a fiscalização nos Estados, por meio da parceria entre órgãos.
- Melhorar e ampliar a infraestrutura de fiscalização dos órgãos estaduais.

4. Executores:

- ANA, órgãos gestores estaduais de recursos hídricos.

5. Parcerias e interlocutores:

- Órgãos gestores ambientais, polícias militares ambientais.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

II) DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

10 - Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh.

1. Objetivo:

Promover a ampliação e a coordenação de fontes de financiamento à gestão dos recursos hídricos, estruturando de modo adequado condicionantes para linhas de crédito.

2. Contexto:

A identificação de fontes de receita inclui não somente aporte dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios, como também inversões setoriais que afetam os recursos hídricos e devem ser mensuradas e qualificadas para fins de coordenação e convergência de políticas públicas relacionadas à água.

No contexto da estruturação de linhas de crédito, merece atenção a possibilidade de criação do Fundo Nacional de Recursos Hídricos, como forma de otimizar e segregar – evitando contingenciamentos – aportes oriundos da cobrança pelo uso da água, no intuito de garantir seu retorno às bacias de origem.

Cabe também a proposição de mecanismos que assegurem que a maior parte dos recursos originados da compensação financeira e de royalties recolhidos pelo setor elétrico sejam investidos em recursos hídricos.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Identificar fontes de receita para a sustentabilidade financeira das ações de gestão de recursos hídricos, considerando os recursos oriundo da compensação financeira paga pelo setor elétrico.
- Revisar o arcabouço legal relativo à sustentabilidade financeira de Fundos de Recursos Hídricos.
- Adequar os órgãos gestores estaduais para a gestão desses Fundos de Recursos Hídricos.
- Implementar os fundos de recursos hídricos com identificação e viabilização dos mecanismos de sustentabilidade.

4. Executores:

- SRHU, ANA, Órgãos Gestores Estaduais, CERHs, CNRH.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Instituições nacionais e internacionais de fomento; Agências de Água.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

12 – Definição de diretrizes para a introdução do tema mudanças climáticas nos planos de recursos hídricos.

1. Objetivo:

Desenvolver propostas de diretrizes para a internalização do tema das mudanças do clima no processo de gestão de recursos hídricos.

2. Contexto:

A água está intrinsecamente ligada ao clima, de forma que qualquer alteração no sistema climático implicará em alterações no ciclo hidrológico. As ocorrências de variação natural do clima ou de mudanças do clima podem implicar em mudanças na distribuição, frequência e intensidade da precipitação. Consequentemente, a distribuição espaço-temporal dos recursos hídricos e todas as atividades econômicas dela decorrentes poderão ser afetadas.

Com uma adequada gestão dos recursos hídricos é possível contribuir para assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas, bem como dos diversos usos da água pela sociedade no seu processo de desenvolvimento, tornando-se uma das principais ferramentas para a adequação das mudanças do clima, capaz de propiciar a resiliência aos impactos previstos.

De acordo com o inciso I do art. 3º da Lei nº 12.187 de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC, todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.

Em um contexto menos atual e considerando a ótica da Gestão dos Recursos Hídricos, pode ser mencionado o inciso I, do art. 2º, da Lei 9.433 de 1997, que estabelece como objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Promover estudos para a avaliação de cenários de referência regionalizados de mudanças do clima, objetivando a incorporação desta variável na elaboração de cenários de segurança dos recursos hídricos, visando adaptações às mudanças do clima.
- Integrar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com os instrumentos da Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC) e da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).
- Desenvolver, de forma participativa e descentralizada, conteúdo mínimo sobre a gestão de recursos hídricos e suas relações com as mudanças climáticas.

4. Executores:

- SRHU-MMA, ANA, CNRH.

5. Parcerias e Interlocutores:

- SMCQ-MMA, MCT, INMET, INPE, Universidades.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

13 - Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos.

1. Objetivo:

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico da gestão de recursos hídricos, consolidando e conferindo aplicabilidade e difusão aos conhecimentos auferidos.

2. Contexto:

Contribuir para o preenchimento das lacunas de conhecimento detectadas sobre as disponibilidades, os usos e os impactos nos recursos hídricos do país, particularmente em relação às águas subterrâneas, assim como suas relações com as águas superficiais. Além disso, registra-se a necessidade de suprir as deficiências de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na utilização da água pelas diversas atividades econômicas.

Esse tema prioritário possui forte articulação com o CT-Hidro, incorporando o desenvolvimento tecnológico à gestão dos recursos hídricos e apoiando-o, abrindo linha de difusão e apoio aos Estados pela via dos convênios de cooperação.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Desenvolver pesquisas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e metodológico do aproveitamento sustentável dos recursos hídricos.

- Desenvolver pesquisas voltadas à modelagem dos seis biomas brasileiros para a conservação e manutenção dos recursos hídricos, considerando os possíveis efeitos das mudanças do clima.
- Desenvolver pesquisas de modelagem hidrológica quali-quantitativa voltadas à determinação de modelos de cargas difusas e concentradas para as 12 Regiões Hidrográficas, considerando os diferentes usos dos recursos hídricos.
- Socializar os resultados das pesquisas no prazo de até 1 ano após a sua conclusão.
- Criar selo para o reconhecimento de processo produtivos que utilizam a água de forma sustentável.
- Implantar uma plataforma de boas práticas de gestão de recursos hídrico para a difusão de conhecimentos e tecnologia, incluindo a tecnologia social.

4. Executores:

- ANA; SRHU-MMA; MCT.

5. Parcerias e Interlocutores:

- CT-HIDRO e outras instituições de fomento à pesquisa.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

14 - Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh.

1. Objetivo:

Difundir conceitos, iniciativas e demais informações relativas à GIRH para o conjunto da sociedade brasileira e/ou em regiões e bacias específicas.

2. Contexto:

A comunicação social pode conferir sustentação, aderência e legitimidade às ações, aos planos e aos programas de recursos hídricos, incorporando comunidades e atores relevantes aos processos da GIRH que demandam interação com a sociedade brasileira.

Refere-se a iniciativas de difusão ampla de informações sobre a gestão de recursos hídricos, seja para finalidades genéricas, seja para apoio a programas específicos ou situações de eventos críticos. Deve-se buscar os diversos veículos de divulgação, incluindo a articulação com redes de organizações não governamentais com atuação na temática ambiental e de recursos hídricos.

A disseminação da informação e do conhecimento, via formação de “redes”, será importante linha de ação neste subprograma, como veículo de compartilhamento de experiências e informações. Em adição, ações específicas devem ser destinadas a incentivar a participação dos Municípios no SINGREH.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Estabelecer estratégia de comunicação no âmbito do Singreh e com a sociedade, sob os enfoques nacional e regional.
- Implantar Plano de Comunicação para o Singreh e com a sociedade.
- Constituir uma rede de troca de experiências sociambientais para o Singreh.
- Constituir uma rede nacional de Conselhos de Recursos Hídricos.

4. Executores:

- Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente – SRHU/MMA
- Agência Nacional de Águas - ANA

5. Parcerias e Interlocutores:

- Conselhos de Recursos Hídricos e Órgãos Gestores Estaduais.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

**15 - Desenvolvimento de processos formativos
continuados para os atores do Singreh e para a sociedade.**

1. Objetivo:

Desenvolver ações de capacitação, voltadas a agentes multiplicadores que possam, pela via de programas descentralizados e capilares de educação ambiental focados em recursos hídricos, difundir conceitos e práticas, além de apoiar transversalmente a própria implementação do PNRH.

2. Contexto:

Os conceitos da GIRH devem ser difundidos em todo o território nacional, o que demanda a capacitação de agentes multiplicadores e o apoio a ações capilares que tais agentes venham a empreender no país, inclusive como linha auxiliar de implementação do PNRH.

As ações da União estarão focadas em programas de capacitação, contemplando a perspectiva de formar agentes multiplicadores para diferentes públicos-alvo, dentre os quais merecem destaque os membros do CNRH, as câmaras técnicas, os comitês de bacias federais e das respectivas agências, além de técnicos da SRH, da ANA e do Ibama (inclusive escritórios regionais), para que a Política Nacional de Recursos Hídricos seja difundida no país.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Realizar o mapeamento inicial da demanda por capacitação no âmbito do Singreh.
- Construir projeto político-pedagógico.
- Desenvolver os processos formativos dirigidos ao público priorizado.
- Fomentar a capacitação em eco-inovação dos grandes usuários da água.

4. Executores:

- SRHU-MMA; ANA; Órgãos Gestores Estaduais.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

16 - Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteira e transfronteiriços.

1. Objetivo:

Conferir substância e dar consequência aos compromissos e à agenda internacional brasileira, além de reunir dados e informações sobre variáveis que afetam os recursos hídricos do Brasil e que estão localizadas em territórios de países vizinhos.

2. Contexto:

O país deve honrar compromissos e dar seqüência à agenda internacional que trata de questões do meio ambiente e dos recursos hídricos, além de buscar a consolidação de dados e informações que conduzam à melhor compreensão sobre relações de causas e efeitos que afetam águas de rios transfronteiriços e fronteiriços.

Nesse sentido, esse tema prioritário visa à implementação prática de intenções e objetivos que constam de acordos internacionais, com particular interesse na incorporação e no compartilhamento de informações hidrológicas e sobre a qualidade da água, que se encontram afetadas por variáveis localizadas em territórios de países vizinhos, consideradas essenciais para a gestão de bacias de rios transfronteiriços e fronteiriços.

O apoio ao desenvolvimento de iniciativas já institucionalizadas, como o Projeto do Aquífero Guarani, o Programa da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica, objetos de acordos internacionais, bem como contribuir para a implementação de projetos específicos amparados por essas iniciativas. Deverá ser fomentada a criação de organismos de bacia e comissões regionais para trabalhar a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Definir plano de ação para a gestão transfronteiriça.
- Identificar oportunidades de articulação para a gestão transfronteiriça com a Argentina e o Uruguai (ex. UGRH Peperi-Guaçu e Uruguai).
- Iniciar a implementação das ações iniciais do Arco Rio Apa.
- Firmar o acordo de gestão compartilhada do Aquífero Guarani..
- Assinar o acordo trilateral para a gestão do rio Acre.

4. Executores:

- SRHU-MMA; ANA; Órgãos Gestores Estaduais.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Ministério das Relações Exteriores (MRE); Governo dos Estados e Municípios das regiões.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

III - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL.

17 – Avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos extremos.

1. Objetivo:

Mapear as bacias que estão sujeitas aos impactos da mudança do clima, caracterizadas pela intensificação dos eventos extremos, tais como enchentes frequentes ou às secas severas.

2. Contexto:

A relação entre as mudanças climáticas e a vulnerabilidade hídrica está entre os principais desafios da gestão de recursos hídricos na atualidade.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Realizar o zoneamento das áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos extremos.
- Avaliar a vulnerabilidade das áreas sujeitas a eventos extremos.
- Subsidiar a elaboração de planos preventivos da Defesa Civil e de sistemas estaduais e municipais de alerta e planos de contingência no caso da ocorrência dos eventos extremos.

4. Executores:

- ANA.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Estados e Municípios; Defesa Civil; CPRM; MI e Mcid.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

18 – Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas das bacias hidrográficas.

1. Objetivo:

Desenvolver mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas das bacias hidrográficas.

2. Contexto:

Os serviços ambientais são as atividades, produtos e processos que a natureza fornece e que possibilitam que a vida como conhecemos possa ocorrer sem maiores custos para a humanidade. (RICARDO, 2010).

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) sob o enfoque da gestão dos recursos hídricos pode ser considerado como uma oportunidade relevante para implementar programas de forma a contribuir na implementação de ações de mitigação e adaptação.

A continuidade ou manutenção desses serviços, essenciais à sobrevivência de todas as espécies, depende, diretamente, de conservação e recuperação ambiental, bem como de práticas que minimizem os impactos das ações humanas sobre o ambiente.

Quando se trata de Pagamentos por Serviços Ambientais em recursos hídricos, os projetos geralmente determinam os serviços ambientais que serão gerados, a partir de uma determinada utilização dos solos e ou atividade de gestão de terrenos. (VEIGA NETO, 2008 apud JARDIM, 2010).

A concepção desse mecanismo também remete ao pagamento pelos serviços a um agente que presta serviço ambiental, como por exemplo, a recomposição da mata ciliar para a proteção de um curso d'água em uma região de cabeceira ou o reflorestamento de uma área de reserva legal. Em uma segunda abordagem, o agente, devido às características de seu empreendimento, sobre uma restrição e é compensado (Compensação por Serviço Ambiental). Por exemplo, o agente não poderá implementar certas atividades em uma área da bacia que drena para um manancial de abastecimento.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Elaborar programas de pagamentos por serviços ambientais.
- Apoiar projetos de conservação de águas, solo e vegetação por meio do PSA.
- Avaliação continuada da implementação dos programas de PSAs em relação ao cumprimento de seus objetivos na gestão de recursos hídricos.

4. Executores:

- Agência Nacional de Águas – ANA; MMA.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs).

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

19 – Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.

1. Objetivo:

Promover ações integradas visando à recuperação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.

2. Contexto:

A luta pela recuperação dos rios brasileiros, remete ao Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, criado em 2001, em atendimento às demandas ambientais, sociais e econômicas da sociedade daquela bacia. No início de 2003, o Governo, reproduzindo as determinações e compromissos assumidos no programa governamental, procurou efetivar uma das primeiras ações listadas na sua agenda estratégica, no qual consta a criação de um Programa de Revitalização das Águas visando a recuperação e despoluição dos rios, com a inserção do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e demais bacias com vulnerabilidade ambiental (Alto Paraguai, Tocantins-Araguaia, Paraíba do Sul) nos PPA dos quadriênios seguintes.

Nesse contexto o Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Integração Nacional foi criado em 2004, com prazo de execução de 20 anos. O Governo busca, desde então, promover a revitalização de bacias hidrográficas consideradas críticas, como a do São Francisco, Paraíba, Paraíba do Sul, Tocantins – Araguaia e Alto Paraguai, por intermédio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais, o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade das suas águas para usos múltiplos.

Levando em consideração o leque de intervenções que estão compreendidas no objetivo da revitalização de bacias hidrográficas em toda a amplitude e complexidade que essa questão envolve, cujo objetivo será alcançado, por intermédio de: implementação de atividades socioambientais e ações voltadas a recuperação dos recursos naturais; principalmente nas áreas de preservação permanente, áreas degradadas e de recarga de aquíferos; incluindo a recomposição da cobertura vegetal; a conservação da biodiversidade e ecossistemas aquáticos; a proteção de nascentes; a gestão racional da água; a remoção de cargas poluidoras; o controle de processos erosivos; a prevenção e mitigação de impactos ambientais; a oferta de água doce a população rural difusa; a recuperação e/ou implantação de sistemas de dessalinização ambientalmente sustentáveis; de parques fluviais e centros integrados de referência; a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros; ainda pela difusão de práticas conservacionistas de solo e água; assim como ações de educação ambiental; de mobilização social; articulação interinstitucional e sociocultural; monitoramento e fiscalização ambiental; como também disseminação de técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais; apoio a planos de desenvolvimento sustentáveis; e atividades ecoturísticas, entre outras, somadas a um forte

processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com a revitalização e desenvolvimento sustentável das bacias.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Definir os critérios para a priorização de bacias.
- Identificar as bacias hidrográficas prioritárias.
- Elaborar os projetos de recuperação e conservação das bacias prioritárias.
- Iniciar a implantação dos projetos.

4. Executores:

- MMA

5. Parcerias e Interlocutores:

- MI, MAPA, Colegiados de Recursos Hídricos, MDA

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

20 – Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos e dos impactos setoriais, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.

1. Objetivo:

Identificar e avaliar as demandas de recursos hídricos e os impactos gerados a partir de investimentos, intervenções e, mesmo, de ações institucionais empreendidas por setores usuários sobre a GIRH.

2. Contexto:

Sabe-se que cerca de 95% das intervenções que afetam os recursos hídricos são empreendidas por setores usuários, restando apenas algo como 5% sob a administração direta do MMA e órgãos vinculados, com responsabilidade institucional sobre a gestão das águas (SRH/MMA e ANA), o que justifica a avaliação de impactos setoriais sobre a GIRH.

Refere-se à identificação de programas, projetos e investimentos de setores que afetam a gestão das águas, em termos de seus propósitos e impactos potenciais, para fins de coordenação, eliminação de duplicidades, convergência de objetivos e incorporação de diretrizes de interesse da GIRH.

Um vetor de atuação que deve incentivar os diversos setores usuários ao planejamento de suas políticas e possíveis intervenções, explicitando eventuais impactos, incongruências ou, de modo positivo, as sinergias potenciais com os demais setores, em particular com os recursos hídricos.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Desenvolver estudos de cenários de demanda e oferta de água para um horizonte de 25 anos, que possibilitem a tomada de decisões para ações e investimentos que garantam o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida e a conservação ambiental.

4. Executores:

- SRHU-MMA; ANA; Órgãos Gestores Estaduais.

5. Parcerias e Interlocutores:

- SAE, Conselhos de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia; representações setoriais.

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

21 - Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.

1. Objetivo:

Assumir uma atitude proativa no sentido de adequar e/ou complementar programas e projetos setoriais com vistas ao seu mútuo ajuste e compatibilidade ante as diretrizes transversais traçadas pelo setor de recursos hídricos. Nesse sentido, destaca-se o estímulo às ações de planejamento setorial sob a ótica de uso múltiplo e integrado desde sua etapa inicial.

2. Contexto:

A ampla diversidade de intervenções setoriais que afetam os recursos hídricos pode resultar na duplicidade de iniciativas, em disfunções e incongruências e na incompatibilidade entre políticas públicas, com a conseqüente dispersão de esforços e recursos. Essa falta de sintonia pode ser contornada mediante um subprograma que assuma uma atitude proativa em favor da incorporação de diretrizes transversais concernentes à GIRH, ajustando, integrando e gerando compatibilidade entre ações setoriais relacionadas às disponibilidades hídricas.

O estabelecimento de ações concretas voltadas para a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, a articulação com o uso e a ocupação do solo, com as políticas de saúde, segurança alimentar e nutricional, entre outras.

Acrescente-se, ainda, a importância de uma articulação endógena (intra-institucional) e da convergência necessária das instituições do MMA, buscando a prática da transversalidade institucional.

Como diretriz geral do subprograma, encontra-se a indução ao processo de planejamento dos setores usuários, de modo que sejam explicitadas as políticas e a previsão de intervenções, propiciando a checagem de interferência, eventuais incongruências ou, de modo positivo, as sinergias potenciais entre setores, particularmente no que concerne aos recursos hídricos.

Adicionalmente, no âmbito deste subprograma, ressalta-se a avaliação das formas de implementar o artigo 52 da Lei no 9.433/1997.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Instalar de Comitê Interministerial de Articulação de Políticas Setoriais com reflexos sobre a gestão de recursos hídricos.
- Promover a articulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB); Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC); Plano Nacional de Resíduos Sólidos; Plano Nacional de Irrigação; dentre outros.

4. Executores:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

5. Parcerias e Interlocutores:

- Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012

22 - Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR).

1. Objetivo:

Apoiar executivamente, monitorar e avaliar o processo dinâmico de implementação do PNRH, mediante os instrumentos e os indicadores adequados, para identificar as correções de rumo e os ajustes que se mostrem necessários.

2. Contexto:

A abrangência do escopo e a complexidade da implementação do PNRH exigem o suporte de um gerenciamento dotado dos devidos instrumentos de avaliação e acompanhamento, e mais ainda quando se parte do entendimento de que o PNRH constitui um processo permanente e flexível, sujeito a ajustes e correções de rumo, a serem determinadas pelos apropriados indicadores de monitoramento e avaliação.

O SIGEOR tem como foco o apoio gerencial à execução do PNRH e de seus componentes, em termos conceituais, técnicos, operacionais e logísticos, sempre mediante o devido acompanhamento de indicadores de monitoramento e avaliação, proporcionando adequações e ajustes periódicos, mantendo as características do Plano como um processo flexível, permanente, integrado e multidisciplinar.

3. Recomendações do processo de consulta ao Singreh:

- Aprimorar e implantar o Sistema de Informações do PNRH (SIPNRH).
- Desenvolver metodologias de monitoramento e avaliação da implementação do PNRH.
- Avaliar, de forma sistemática e continuada, os cenários do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- Criar comissão dos estados amazônicos para a articulação interestadual da gestão de recursos hídricos Região Hidrográfica Amazônica.
- Criar comissão dos estados pantaneiros para a articulação interestadual da gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.
- Mobilizar os Governos Estaduais, por meio de encontros nacionais, para a implementação do PNRH.

4. Executores:

- SRHU/MMA, ANA.

5. Parcerias e Interlocutores:

- Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos do CNRH (CTPNRH-CNRH).

6. Indicadores de monitoramento e avaliação:

- Os indicadores de monitoramento e avaliação serão construídos no decorrer do primeiro semestre de 2012.

